



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**  
***ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO***

Cel Inf **ROBERTO FURTADO BATISTA**

**O Difícil Entorno Político-Econômico na América do  
Sul e os desafios para sua integração**



Rio de Janeiro  
2019



Cel Inf ROBERTO **FURTADO** BATISTA

## **O Difícil Entorno Político-Econômico na América do Sul e os desafios para sua integração**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar.

Orientador: Cel Cav OTHON GOMES DE MELO

Rio de Janeiro  
2019

B333d Batista, Roberto Furtado

O difícil entorno político-econômico na América do Sul e os desafios para sua integração. / Roberto Furtado Batista. — 2019.  
70 fl. : il ; 30 cm.

Orientação: Othon Gomes de Melo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Bibliografia: fl 69-70.

1. ENTORNO ESTRATÉGICO 2. BACIA DO PRATA 3. MERCOSUL 4. CHINA  
5. INTEGRAÇÃO 6. GEOPOLÍTICA. 7. TEORIAS. I. Título.

CDD 320.9

Cel Inf ROBERTO FURTADO BATISTA

## **O Difícil Entorno Político-Econômico na América do Sul e os desafios para sua integração**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

### COMISSÃO AVALIADORA

---

Othon Gomes de Melo - Cel Cav - Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Ricardo Moussalem – Cel Inf - 1º Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Braga – Cel R1- 2º Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À Deus por ter me dado saúde e humildade para executar esta tarefa e a minha amada esposa Cristiane e minhas filhas Ana Luíza e Letícia pelo apoio e compreensão durante a execução deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador e amigo pessoal, Cel Cav Othon, meus sinceros agradecimentos pela dedicação, paciência e coerência durante a elaboração deste trabalho. Agradeço pela orientação firme e objetiva, bem como pelas sugestões que facilitaram a conclusão desta tarefa durante o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEX).

À minha família pelo incentivo na condução da pesquisa, entendo a necessidade deste esforço durante o referido curso.

A Deus e a todos meus amigos que me ajudaram nesta tarefa.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise do difícil entorno político-econômico na América do Sul e os desafios para sua integração. Além disto, buscou-se evidenciar a correlação de pressupostos geopolíticos cujas ideias são de relevante influência nos dias atuais. Por meio de uma análise de livros, autores e de diversos artigos científicos que tratam deste assunto, foram levantados os motivos, consequências e fatos portadores de futuro que envolvem o tema relativo a integração sul-americana, em especial, a região da Bacia do Prata. Por fim, o trabalho teve como escopo levantar possíveis desdobramentos advindos de cenários estabelecidos para esta região do entorno estratégico brasileiro, cujos reflexos geopolíticos podem impactar a nível regional e mundial.

Palavras-chave: Entorno estratégico, Bacia do Prata, MERCOSUL, China, Integração, Geopolítica e Teorias.

## **RESUMEN**

Este trabajo tiene como objetivo presentar un análisis del difícil entorno político-económico en América del Sur y los desafíos para su integración. Además, se buscó evidenciar la correlación de presupuestos geopolíticos cuyas ideas son de relevante influencia en los días actuales. Por medio de un análisis de libros, autores y de diversos artículos científicos que tratan de este asunto, se plantearon los motivos, consecuencias y hechos portadores de futuro que envuelven el tema relativo a la integración sudamericana, en especial, la región de la Cuenca del Plata . Por último, el trabajo tuvo como objetivo levantar posibles consecuencias de los escenarios establecidos para esta región del entorno estratégico brasileño, cuyos reflejos geopolíticos pueden impactar a nivel regional y mundial.

Palabras clave: Entorno estratégico, Cuenca del Plata, MERCOSUR, China, Integración, Geopolítica y Teorías.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação comercial Ásia-Pacífico.....	20
Figura 2 – <i>Heartland</i> da América do Sul e as macros regiões do continente	23
Figura 3 – Teoria do poder marítimo de Mahan.....	26
Figura 4 – Teoria de Mackinder.....	28
Figura 5 – Teoria de Mackinder.....	29
Figura 6 – Entorno estratégico.....	30
Figura 7 – Antagonismos sul-americanos segundo Mário Travassos.....	35
Figura 8 – Áreas de fricção.....	38
Figura 9 – Estação espacial da China.....	46

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção e consumo de petróleo na China.....	42
Gráfico 2 – Crescimento do PIB da China.....	42

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da participação chinesa nas exportações do MERCOSUL	44
Tabela 2 – Economias do MERCOSUL.....	66

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
BID	Base Industrial de Defesa
BIRD	Banco Mundial
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAN	Comunidade Andina das Nações
CDE	Comunidade de Defesa Europeia
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos
CLTC	Agência Nacional de Lançamento, Rastreamento e Controle Geral de Satélites da China
CS	Conselho de Segurança da ONU
COT	Crime Organizado Transnacional
FLONPLATA	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAS	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OMC	Organização Mundial do Comércio
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEI	Política Exterior Independente
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PPC	Paridade Poder de Compra
PROSUL	Fórum para Progresso e Desenvolvimento da América do Sul
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
TEC	Tarifa Externa Comum
TTP	Acordo de Associação Transpacífico
UE	União Europeia
UNASUL	União das Nações Sul-americanas
ZLC	Zona de Livre Comércio

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1	PROBLEMA.....	16
1.2	OBJETIVOS.....	16
1.2.1	<b>Objetivo geral</b> .....	16
1.2.2	<b>Objetivo específico</b> .....	16
1.3	HIPÓTESE.....	17
1.4	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	17
1.5	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	17
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	18
2.1	CONCEITO DE REGIONALISMO E OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO.....	18
2.2	TEORIA GEOPOLÍTICA DE MÁRIO TRAVASSOS.....	22
2.3	TEORIA GEOPOLÍTICA DE MEIRA MATTOS.....	24
2.4	O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE MAHAN-MACKINDER E A ESTRATÉGIA BRASILEIRA.....	26
2.4.1	<b>Teoria de Mahan</b> .....	26
2.4.2	<b>Teoria de Mackinder</b> .....	27
2.4.3	<b>Mahan, Mackinder e a geopolítica brasileira</b> .....	30
3	<b>METODOLOGIA</b> .....	32
3.1	DINÂMICA DA PESQUISA POLÍTICA.....	33
4	<b>HISTÓRICO GEOPOLÍTICO DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANO</b> .....	34
4.1	OS ANTAGONISMOS GEOGRÁFICOS SUL-AMERICANOS.....	34
4.2	ZONAS DE INSTABILIDADE POLÍTICA.....	37
5	<b>ATORES EXTERNOS À REGIÃO E SUAS INFLUÊNCIAS</b> .....	39
5.1	CHINA.....	40

5.2	ESTADOS UNIDOS.....	44
5.3	UNIÃO EUROPEIA.....	47
5.4	RÚSSIA.....	49
5.5	ÍNDIA.....	51
6	<b>PRAGMATISMO BRASILEIRO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>53</b>
6.1	ALINHAMENTO DIPLOMÁTICO.....	53
6.2	PRAGMATISMO RESPONSÁVEL.....	56
7	<b>IDIOSINCRASIA DOS ORGANISMOS REGIONAIS.....</b>	<b>59</b>
7.1	MERCOSUL.....	60
7.2	ALIANÇA DO PACÍFICO.....	61
7.3	UNASUL.....	62
7.4	PROSUL.....	63
8	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>64</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios para o continente sul-americano está relacionado com a sua integração como região política e econômica. Enfrentar esta realidade tem sido uma tarefa muito complexa, fruto de projetos de poder que se colocam de maneira frontal e contra a democracia liberal e a economia de mercado.

Desde o período de independência, as nações sul-americanas se constituíram em uma zona heterogênea formada por países diferenciados, marcada pela desconfiança e uma escassa pauta de objetivos comuns. Este processo tem sofrido mudanças, fruto da formação de blocos econômicos que tem visado a integração multilateral na região.

O objetivo da abordagem será definir e conceituar a integração econômica e sistematizar as formas possíveis de integração neste campo. Nesta classificação, destacam-se as quatro principais categorias de integração: a área de livre comércio, a união aduaneira, o mercado comum e a união econômica.

Estes modelos de integração econômica veem servindo há muito tempo como padrões para classificação e explicação das experiências de integração mais tradicionais da região sul-americana, tais como: a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), o Pacto Andino (CAN) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). As estruturas destes organismos supranacionais, por si, repousam na dimensão econômica e, em suas primeiras etapas, mais propriamente na dimensão comercial, atuando como mecanismo de concertação política (BANDEIRA, 1987).

Durante os anos 70 e 80, com vistas a definir o modelo e a evolução do processo europeu, desenvolveram-se abordagens que propõem diferentes definições e dinâmicas marcadas pela coexistência das dimensões supranacional e intergovernamental. A perspectiva neonacionalista defendia que a integração ocorreria por ser funcional e eficiente. Em si mesma, traz uma tendência ao aumento progressivo da integração, marcado pela transferência gradual das lealdades nas relações internacionais para as instituições supranacionais, até atingir a integração política.

As decisões mais importantes em matéria de integração regional explicam-se de acordo com os cálculos dos Estados soberanos atendendo aos atores sociais, aos interesses econômicos, ao poder relativo e à necessidade de compromissos possíveis

(PIMENTEL, 2012). A integração regional seria vista como uma forma dos Estados gerenciarem a interdependência entre eles.

De maneira geral, os países da região buscaram definir a lógica particular da integração europeia, no entanto estas abordagens nunca conseguiram explicar as experiências de integração sul-americanas. Enquanto as experiências de integração sul-americanas limitavam-se mais a áreas de livre comércio, a dimensão supranacional não tinha função nestas iniciativas e a interdependência entre estes países não se configurava.

Durante os anos 90, as iniciativas de integração regional tomaram novo impulso com os exemplos do renascimento da CAN e da criação do MERCOSUL. Devido ao fato destas iniciativas serem orientadas basicamente para uma melhor inserção das economias nacionais no sistema econômico internacional, estas ficaram conhecidas como o “regionalismo aberto” ou “novo regionalismo” (ALMEIDA, 2013).

O novo regionalismo assumiu características vinculadas ao processo de globalização dos anos de 1990, que atuariam como orientadoras de seu funcionamento, tais como: medidas visando a obtenção de uma economia mais aberta, expectativa de articulação multinacional para a construção de uma economia de escala e defesa de regimes democráticos ocidentais. O novo regionalismo significou a contraparte do liberalismo nos processos de integração regional e orientou as análises das experiências sul-americanas neste período (COSTA, 2009).

Desde o início dos anos 2000, condições básicas de seu funcionamento foram postas em xeque<sup>1</sup>. Por um lado, o modelo de abertura das economias nacionais não mostrou os resultados esperados em diversos países na região e foi coexistindo ou sendo substituído paulatinamente por traços de um modelo orientado para políticas industriais. Nestes casos a adoção de compromissos próprios da integração de caráter comercialista deu lugar a preferências mais cooperativas.

Por outro lado, a ideia de criar uma economia regional de escala não foi implementada devido a obstáculos colocados por agentes econômicos nacionais e ao caráter defensivo dos processos de integração na região, agravado por uma crise mundial ocorrida na primeira década do século XXI.

---

<sup>1</sup> Analisando os ganhos e perdas em 13 mercados selecionados pelo mundo, observa-se que é exatamente na América do Sul onde o Brasil está perdendo mais mercado para a China. Ressalta-se neste caso a relevância desta questão geopolítica para o Governo brasileiro (Renato Baumann, Diretor do Escritório da CEPAL no Brasil).



Por fim, o consenso sobre os regimes democráticos ocidentais sofreu mudanças e perdeu relevância em alguns países da região. Alguns governos têm buscado reconstruir os respectivos regimes políticos nacionais a partir de novos padrões de inserção de setores até então marginalizados da política. As explicações tradicionais sobre integração deixaram ainda mais lacunas frente a estas transformações, dentro deste dinâmica, esse modelo estará sendo estudado, sobretudo com a visão prospectiva de identificar os possíveis ensinamentos nas relações internacionais para o Brasil.

## 1.1 PROBLEMA

Como as recentes alterações nas políticas externas dos países na região da Bacia do Prata poderão influenciar na integração político-econômica desta importante área no cenário sul-americano?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar as ações realizadas pelo Brasil na área externa e das relações internacionais que poderão possibilitar uma melhora na integração sul-americana, em particular na região da Bacia do Prata, ampliando a capacidade de influência desta área no concerto internacional.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral do presente estudo, os seguintes objetivos específicos foram formulados:

- Estudar o histórico geopolítico sul-americano durante os séculos XX e XXI;
- Analisar a participação de atores externos à América do Sul, no que tange ao processo de integração regional;
- Estudar as relações internacionais desenvolvidas pelo Brasil nos últimos anos junto ao entorno estratégico no Cone Sul; e
- Apresentar o impacto na integração regional, a ser causado pelo incremento nas relações interestatais na região do Prata.

### 1.3 HIPÓTESE

Para o presente trabalho e para a resposta ao problema, a hipótese a ser trabalhada é que:

“A América do Sul e seu processo de integração em curso tem desencadeado movimentos de natureza geopolítica de diversas ordens e direções, em que alguns tendem à convergência e outros à dispersão. O fortalecimento das relações internacionais na região da Bacia do Prata pode representar a força motriz necessária para neutralizar os antagonismos persistentes no incremento do processo de integração sul-americano”.

### 1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Estudar as relações entre os países sul-americanos na região da Bacia do Prata e analisar o histórico geopolítico deste entorno. Por sua vez, de que maneira a integração desta região irá contribuir para uma maior inserção da área no cenário internacional, alavancando, sobremaneira, a capacidade econômica, política, militar e tecnológica dos países que a integram.

### 1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O presente trabalho contribui para apresentar um estudo sobre um histórico do alinhamento das políticas externas entre Estados nacionais sul-americanos.

Além disso, destaca-se a grande oportunidade de, ao se pesquisar o assunto proposto, verificar a aplicação de conceitos geopolíticos nos dias atuais, evidenciando a necessidade de não só conhecer os conceitos teóricos, mas também sua aplicação em pleno século XXI.

Dessa maneira, a análise dos fundamentos teóricos visa a identificar as capacidades necessárias para minimizar os efeitos provocados pelas mudanças de governo nos países que integram a região da Bacia do Prata, permitindo que estes Estados nacionais sejam os indutores de desenvolvimento regional.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### 2.1 CONCEITO DE REGIONALISMO E OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

A conformação de blocos, em especial na área do comércio, não se constitui em um fenômeno novo, ou recente, na história do mundo. Alianças, pactos, ligas e uniões

entre países ou Estados vizinhos (ou mesmo separados geograficamente, mas vinculados por interesses comuns) são mais frequentes no que tange aos enfrentamentos bélicos ou aos acordos de defesa mútua.

No plano da segurança estratégica, desde a Aliança Ateniense, na Grécia Antiga, até a organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), após a II Guerra Mundial, passando pela Comunidade de Defesa Europeia (CDE), são inúmeros os exemplos de coalizões formais ou informais entre Estados soberanos, destinadas a estabelecer vínculos mais sólidos de cooperação entre eles ou mesmo de caminhar no sentido da integração entre seus respectivos sistemas econômicos e até políticos.

No plano econômico, mais especificamente, podem ser registrados alguns exemplos antigos de ligas e uniões que visavam à concessão de privilégios, tais como acesso a mercados e liberação de impostos ou tarifas, que significavam benefícios aos sócios (ALMEIDA, 2013). O registro mais antigo é o da Liga Hanseática, uma aliança de mercadores das cidades-estados do Mar do Norte e do Mar Báltico, com seu centro na Alemanha durante todo o final da Idade Média (século XIII) até o fim do antigo regime (século XVIII).

No plano mais específico de integração comercial, o exemplo histórico mais conhecido é o da aliança tarifária concertada entre os diversos Estados alemães, fato que colocou as bases do que viria a ser conceitualmente conhecido como união aduaneira<sup>2</sup> (SANTOS, 2014). Criado em 1834, o *Zollverein* foi ampliado gradativamente até incluir a Áustria, contra a qual a Prússia estava em conflito, perdendo sentido com a unificação da Alemanha em 1871. Este acordo tratava-se de uma ferramenta fiscal, pela qual se estimulavam a economia e o comércio entre os participantes, sem gerar recorrentes conflitos comerciais, garantindo a arrecadação eficiente de recursos provenientes do comércio exterior, com bases sólidas e unificadas.

O Brasil imperial mantinha acordos de comércio com diversas cidades-estados da velha Liga Hanseática que depois foram sendo modificados até terminarem em meados do século XIX, à medida que essas entidades aduaneiras independentes aderiram ao *Zollverein*.

---

<sup>2</sup> Forma de integração econômica e comercial que compreende uma zona de livre comércio (ZLC) complementada por uma tarifa externa comum (TEC) e uma política comercial comum em face de terceiras partes. Não requer necessariamente instituições comunitárias, como num mercado comum, podendo coexistir com esquemas intergovernamentais.

Os blocos econômicos e comerciais se destinam a permitir cooperação entre parceiros voluntários e, em etapa subsequente, estabelecer as bases de um processo de integração entre seus parceiros (que não precisam ser geograficamente contíguos, embora esta seja a forma mais comum de integração). A estratégia adotada neste processo entre as partes é a eliminação recíproca de barreiras tarifárias e não alfandegárias, seguida da definição de regras de acesso e outras normas que visam a estimular a complementariedade entre suas respectivas economias.

Um exemplo clássico deste processo de cooperação econômica ocorreu entre países contíguos da Europa Ocidental, no qual criaram o primeiro embrião do mercado comum europeu no início da década de 1950 (OLIVEIRA, 2011). Esta iniciativa viria a se configurar em 1993 na União Europeia (UE) que estabeleceu um liberalismo comercial e um trânsito de pessoas no território de seus estados-membros, caracterizando, desta maneira, na perfeita aplicação do regionalismo.

No entanto, nem todo bloco comercial ou acordo regional tem a necessidade de ser celebrado entre países geograficamente contíguos, sequer da mesma região. O mundo contemporâneo avançou para zonas de livre comércio (ZLC) absolutamente separadas no espaço. Desta maneira, na Ásia-Pacífico, os acordos de preferência comercial, que estão sendo implementados no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), mobilizam países continentais e grande ilhas do oceano Pacífico que não possuem a vantagem europeia da contiguidade nos transportes e comunicações.

Em outros termos, o novo regionalismo obedece muitos mais critérios de conveniência política do que razões de ordem prática, que seriam aquelas derivadas da proximidade geográfica e da continuidade territorial (como é o exemplo entre a Europa Ocidental e a América do Norte). Além disso, os progressos das comunicações, nos transportes e nas comunicações tornam o entorno geográfico relativo, uma vez que os intercâmbios globais passam a concentrar volumes cada vez maiores de serviços, muitos deles intangíveis.



FIGURA 1 - Relação comercial Ásia-Pacífico.  
 FONTE: OMC (2017).

Apesar do novo regionalismo não ser mais tão regional, é fato reconhecer que a proximidade geográfica ainda é o principal estímulo para a assinatura dos acordos de liberalização econômica (FUENTES, 2014). Além disso, a própria compreensão de integração vem sofrendo novas interpretações nas últimas décadas, deixando motivações puramente políticas ou estatais, para assumir uma natureza propriamente econômica.

Até o final da Guerra Fria, praticamente, os acordos de integração correspondiam a um movimento essencialmente político, ou seja, uma decisão estatal, com a perspectiva de construção de blocos uniformes para atingir objetivos, essencialmente, geopolíticos, em um mundo caracterizado, naquela oportunidade, pela preeminência indisputada dos Estados nacionais.

Com o final do socialismo e o desenvolvimento do que se convencionou chamar de terceira onda da globalização, os acordos comerciais de integração obedeceram mais a lógica dos investimentos privados que propriamente aos projetos nacionais de natureza geopolítica. Neste contexto, pode-se ressaltar a reconstituição do processo de integração europeu (considerado o mais sofisticado, diversificado e avançado de todos os exemplos conhecidos), o qual permite ilustrar esse ponto, ou seja, a transição de um modelo político de integração para um processo mais flexível, concebido para adaptar-se aos mercados.

Os processos de constituição de blocos econômicos e de construção de estruturas integracionistas com base no modelo europeu avançaram relativamente pouco nos anos de 1970 e 1980 (CELI, 2014). Para isso, as crises do petróleo e o

rompimento do sistema de *Bretton Woods*, em 1973, contribuíram para um atraso na continuidade dos esforços de liberalização do sistema multilateral de comércio, bem como para a criação de uma moeda única europeia.

Com efeito, o afastamento unilateral dos Estados Unidos de suas obrigações junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1944, desconstruiu qualquer possibilidade de cooperação mundial, bem como dificultou a coordenação das políticas macroeconômicas no seio do esquema europeu.

Os países em desenvolvimento buscaram um esforço contra as regras amplas da liberalização comercial e de abertura dos investimentos, fato este que ocorreu em 1979 na Rodada de Tóquio do GATT<sup>3</sup>, no qual foi estabelecido um entendimento em que os Estados poderiam contrair entre si acordos parciais e limitados de preferências tarifárias, sem que no entanto, tal dispositivo estivesse incluído no acordo geral.

Na América Latina, a ALALC foi criada em 1960, por meio do tratado de Montevideu, oportunidade em que o projeto de uma zona de livre comércio não logrou êxito. Em 1980, foi estabelecido um segundo tratado de Montevideu e que veio a substituir o anterior, prevendo um processo de acordos preferenciais parciais, fato este que não impediu a proliferação de acordos sub-regionais modelados em alguns casos segundo uma união aduaneira.

Neste contexto, enquadra-se o caso do Grupo Andino, que evoluiu para a Comunidade Andina de Nações (CAN) em 1996 e, sobretudo, da ação bilateral entre Brasil-Argentina, iniciado segundo uma estrutura de protocolos setoriais em 1986, para logo resultar num tratado de integração (1988) e posteriormente a um projeto de liberalização comercial bilateral, vindo a converter-se no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Na sequência, foram incorporados ao bloco as economias do Paraguai e do Uruguai, o que permitiu uma maior consolidação deste arranjo na região.

Outros arranjos bilaterais ou plurilaterais de livre comércio ou de simples liberalização parcial (preferências tarifárias) também se desenvolveram na América Latina e em outras regiões a partir da mesma época.<sup>4</sup>

É relevante observar que, em suas diversas modalidades, os processos de integração têm sido impulsionados por investimentos privados e pelo crescimento do comércio segundo configurações microeconômicas tomadas

---

<sup>3</sup> Acordo multilateral de comércio, contendo cláusula incondicional e ilimitada de nação mais favorecida, concluído em Genebra, em 1947. Em 1994, passou por uma revisão e enquadra-se sob a administração da Organização Mundial do Comércio (OMC).

<sup>4</sup> AMARAL JR. Alberto do. OMC e o Comércio Internacional. São Paulo, 2002.

pelas empresas em função de mercado, e não determinados pelas decisões de segmentos governamentais (ALMEIDA, 2012).

A integração econômica é um forte dissuasor de conflitos e de enfrentamentos militares entre nações soberanas. Na maior parte destes processos, como consequência se tem uma perda, pelo menos parcial, da soberania estatal (FAUSTO, 2010). Nos tratados de caráter geral, os Estados se obrigam a cumprir certas regras de convivência, de respeito mútuo, de cooperação, de promoção conjunta de determinadas atividades, de prevenção e defesa contra problemas globais, ou seja, estes Estados renunciam a determinadas ações em nome de um benefício comum, mesmo quando isto significa alguma perda econômica para seus cidadãos.

Nesta conjuntura da década de 1990, o MERCOSUL surgiu como resposta às crises econômicas que atingiram duramente Brasil e Argentina, mas também como resposta ao desejo dos dois Estados de desempenhar na América do Sul um papel regional mais relevante, a despeito das grandes diferenças históricas e de estruturas econômicas.

## 2.2 TEORIA GEOPOLÍTICA DE MÁRIO TRAVASSOS

Utilizando conceitos da geopolítica tanto de Mackinder quanto de Ratzel, geógrafo alemão que sistematizou o ensino e a pesquisa da geografia a partir dos anos 1870, o capitão do Exército Brasileiro Mário Travassos escreveu a obra **Projeção Continental do Brasil**. Seu estudo baseou-se na análise mais urgente das questões que o Estado brasileiro necessitava compreender, a fim de buscar um projeto nacional.

A obra foi publicada no início da década de 1930 e aborda conceitos de geopolítica bem atuais, além do que infere dados sobre a aplicabilidade na reflexão da política brasileira. Ressalta ainda os problemas de organização nacional e suas implicações para o jogo político interamericano. Travassos encontrou referência em Ratzel, com isso destacou a importância do fator fisiográfico e antropogeográfico na organização do território, também inspira-se no conceito de *Heartland* (Terra Coração), elaborado por Mackinder. O militar translada esta teoria para a região do altiplano boliviano, considerando esta área como vital para o continente sul-americano, devido sua posição geográfica (MARTINS, 2011).

O caráter estratégico militar do triângulo boliviano<sup>5</sup> está em razão da importância dos nós rodo-ferroviários para a movimentação e suprimento de forças terrestres em caso de um confronto bélico na região, tanto entre grandes Estados do continente como contra potências exógenas, constituindo-se uma região chave para o acesso no sentido norte-sul, bem como leste-oeste.



FIGURA 2: *Heartland* da América do Sul e as macro regiões do continente.  
FONTE: TRAVASSOS, Mario (2002).

Para Travassos, a Argentina desenvolveu um coerente projeto geopolítico para a conjuntura do século XX. A projeção platina era simbolizada pelos seus recursos navegáveis da bacia do rio da Prata e pela ascensão logística por meio de sua malha ferroviária que ligava a parte meridional da América do Sul ao centro do Estado argentino.

A narrativa de Travassos também era para que o poder brasileiro, sob o regime de Getúlio Vargas, compreendesse a urgência de se instituir um projeto político de

---

<sup>5</sup> Zona Continental de Soldadura que engloba a Bolívia e partes do Paraguai e do Mato Grosso (MARTINS, 2011).



Estado para o país que buscasse um esforço na integração do território nacional, de forma mais eficiente, aproveitando seus recursos hídricos e econômicos.

Outra preocupação de Travassos era a crescente influência político-econômica da Argentina sobre os países menores da América do Sul e que deveria ser neutralizada pelo Governo brasileiro (MARTINS, 2011).

Por fim, o papel de Travassos foi observar os contrapontos ao interesse brasileiro na América do Sul. Em sua concepção, o que o Brasil deveria fazer não era se expandir, mas reagir contra expansionismos alheios que colocassem em risco a estabilidade regional. Cabe destacar na atual conjuntura regional de integração física, a importância das ações do Brasil como principal ator geopolítico à luz da análise travassiana.

### 2.3 TEORIA GEOPOLÍTICA DE MEIRA MATTOS

A geopolítica pertence ao grupo das ciências sociais e posiciona-se como um ramo da política – aquela que trata da aplicação da política aos espaços geográficos (MEIRA MATTOS, 1975). Nas obras de Meira Mattos há sempre uma preocupação em projetar o Brasil no cenário mundial. Neste contexto, faz-se necessário também uma transformação do País em uma nação de importância global, portanto não mais restrita ao âmbito regional.

Segundo Meira Mattos, os governos militares deveriam, a todo custo, realizar a tão necessária “*continentalização da hinterlândia sul-americana*”. Esse plano daria um sopro de despertar na América do Sul continental, neste ínterim era indispensável a ocupação territorial de duas áreas estratégicas: a bacia Amazônica e o Centro do Continente (Região Centro-Oeste) (MEIRA MATTOS, 1975).

Ao entender a constituição do território brasileiro como sendo o desdobramento de quatro fases: a fase de expansão, fase de regularização, fase da demarcação e fase do povoamento; Meira Mattos havia proposto como projeto geopolítico vital para o Brasil nas décadas de 1960-1970, o desenvolvimento e a ocupação da fronteira ocidental do país, em particular das terras amazônicas. As premissas básicas desta teoria eram Segurança e Desenvolvimento (MEIRA MATTOS, 2002). Além disso, a efetivação do plano de *continentalização* da América do Sul abrangeria enormes regiões interiores de nove países fraternos e vizinhos, mas que tinham enorme dificuldade de integração terrestre de seus territórios, eram escravos da via marítima para se comunicarem.

Todavia ainda imposto por inúmeras linhas de pensamento, o projeto iniciado com a Revolução de 1964 visava, em linhas gerais, impulsionar os projetos futuros de um Brasil que seria potência mundial. O escopo desta iniciativa tinha como linha mestre a proposta de interiorização e de desenvolvimento que beneficiaria o país e os demais estados limítrofes ao território nacional. O processo de transformação destas áreas interiores em regiões de intercâmbio internacional, buscando atrair para elas transportes, comunicações, população e serviços públicos (BUENO, 2008).

O que se apresenta nos estudos de geopolítica pelo General Meira Mattos é bastante clarificador para as ações do governo militar. Em suas conclusões, o poder do Estado brasileiro deve pautar-se no expansionismo para o interior e na projeção pacífica no exterior, ao mesmo tempo que adote uma estratégia de contenção ao longo das fronteiras.

Assim em termos de estratégia de ocupação de vastos espaços vazios, estamos diante de uma experiência inacabada. O ambicioso Programa de Integração Nacional (PIN), do governo do Presidente Médici, não pode ser cumprido na íntegra, o que gerou um impacto significativo no processo em andamento (MEIRA MATTOS, 1975).

A efetivação dos projetos geopolíticos da região da fronteira oeste brasileira indicou que, em alguns casos, consideráveis contingentes populacionais foram fixados em áreas desprovidas das condições básicas de infraestrutura. A tentativa de ocupação dos vazios demográficos ocorreu atendendo à conveniência do capital nacional que, não poucas vezes, só logrou êxito ao associar-se a grupos internacionais que financiaram parte do esforço.

Alinhando os pensamentos geopolíticos de Mário Travassos e Meira Mattos podemos analisar o grau de importância que tiveram estes pensadores para o estabelecimento de uma visão voltada para um Brasil potência, sendo este um Estado elo entre o hemisfério sul e norte nos campos político e econômico.

## 2.4 O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE MAHAN - MACKINDER PARA A ESTRATEGIA BRASILEIRA

### 2.4.1 Teoria de MAHAN

Alfred Thayer Mahan nasceu em 27 de setembro de 1840, na cidade de West Point e viveu até dezembro de 1914. Era filho de um militar, professor da Academia Militar de West Point e de uma professora, ambos protestantes e profundamente religiosos, o que impactaria bastante sua visão de mundo.



A partir da análise histórica, Mahan procurou enfatizar a centralidade do mar nos destinos das nações. Nesta época visualizou-se a importância que o mar teria no processo expansionista dos Estados e do grau de dependência que se passaria a ter na rotas marítimas comerciais. Os portos são polos de desenvolvimento, estas estruturas são centros de refúgio onde o transporte marítimo se encontra com todos os outros: a estrada, a via férrea, a via fluvial e o aéreo.

Esta confluência de todos os transportes facilita a instalação de complexos industriais. Às indústrias que sempre forçosamente se localizam à beira-mar, como as de construção e reparação naval, ou as de conservas de peixe, acrescentam-se outras de mais recente desenvolvimento, como as refinarias e as siderurgias que, por dependerem muito do transporte marítimo, procuram implantar-se nas áreas portuárias ou perto delas. Da fixação e crescimento de agregados populacionais concentrados em torno dos portos resulta a formação de importantes mercados de consumo que, por sua vez, atraem indústrias de toda a espécie, e suscitam a expansão de atividades comerciais e de todo o setor económico terciário (LESSA, 2006).

Levando-se em consideração alguns elementos do poder marítimo, segundo Mahan, no que tange a posição geográfica, o Brasil apresenta uma vantagem estratégica de uma posição central<sup>6</sup>, notadamente em relação ao Atlântico Sul e, muito especialmente, em relação ao chamado saliente nordestino, ponto de estrangulamento na passagem norte-sul e vice-versa. Neste contexto, o posicionamento de rotas comerciais em regiões mais seguras do mundo, tornam as estruturas portuárias brasileiras um ponto de apoio em alguns deslocamentos marítimos de significativa importância.

Se a natureza colocou um país em circunstâncias tais que, além de ter acesso fácil ao alto-mar, fez com que ao mesmo tempo tenha a capacidade de controlar uma das grandes passagens do tráfego mundial, é evidente que a importância estratégica de sua posição seja muito maior (BRASIL. Revista Marítima Brasileira, 2010).

Neste ínterim, outras questões essenciais derivam da posição geográfica do Brasil. Um dos problemas mais latentes diz respeito as zonas de penetração, como por exemplo a foz de importantes rios nacionais, que se por um lado facilitam o comércio em tempos de paz, por outro, revelam-se vulneráveis em tempo de guerra. Ao observar a foz do rio Amazonas vem à pauta a recomendação mahaniana – a

---

<sup>6</sup> ALMEIDA, 2012. Segundo Mahan, esse conceito de posição central foi baseado em Jomini, quando ele discutiu a importância para qualquer exército dispor de uma posição central em relação a dois inimigos simultâneos. A história segundo Alfred Thayer Mahan. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 129, n. 07/09, jul./set. 2009b.

despeito do colonizador lusitano que estrategicamente ergueu forte na foz do grande rio. Atualmente, cabe ressaltar a importância de se posicionar uma 2ª Esquadra da Marinha do Brasil nesta região como forma de superar esta grave vulnerabilidade estratégica.

#### 2.4.2 Teoria de MACKINDER

Halford John Mackinder nasceu em 15 de fevereiro de 1861, em Gainsborough, Inglaterra, e viveu até março de 1947. Foi um prestigiado professor de geografia, que lecionou na Universidade de Londres, e foi membro do Parlamento britânico entre 1910 e 1922.

Mackinder é considerado um dos principais representantes da geopolítica clássica, uma vez que desenvolveu sua expressão dominante sobre o poder terrestre. Sua teoria é alicerçada na ideia de que a geografia é a base da história, ou seja, trata-se de uma teoria que tem na geoestratégia a chave para a hegemonia mundial.

Alguns conceitos com *heartland*, *world island*, área pivô, anel insular ou exterior e anel interior ou marginal são estruturas basilares de sua teoria, alcançando, com isso, a condição de referência clássica.

Como explica COSTA (2009) em uma abordagem sobre Mackinder:

Numa conjuntura marcada por disputas hegemônicas em escala mundial, as ideias de Mackinder, essencialmente pragmáticas e destinadas a formar opinião, acabaram por influenciar uma ampla área do pensamento geopolítico, o que incluiu até mesmo autores situados em campos opostos (COSTA, 2009).

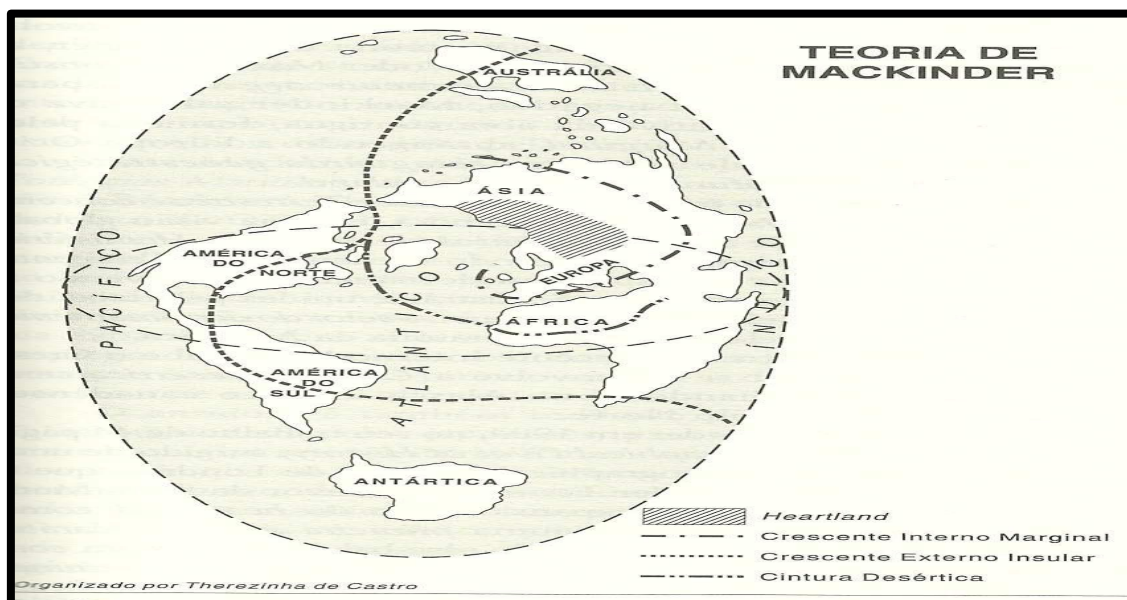


FIGURA 4: A Teoria de Mackinder.  
FONTE: CASTRO, Therezinha de (1999).

Segundo o referido pensador, no leste, sul e oeste deste coração terrestre (*heartland*) estão as regiões marginais, na configuração de amplos semicírculos que são acessíveis aos navegantes. Nesta concepção se consolidaria um de seus conceitos chave, a ideia de anel marginal ou interior ao *heartland*.

A visão geográfica de Mackinder, com a descrição da terra coração (área pivô), aborda esta região como uma verdadeira fortaleza natural, não acessível pelos mares e rios, mas que por outro lado possui regiões marginais acessíveis pelo oceano. Estes conceitos, com o término da I e II Guerra Mundial, sofrem revisões por parte de Mackinder a fim de atender a realidade contemporânea, mas que em sua essência teórica se mantém inalterada.

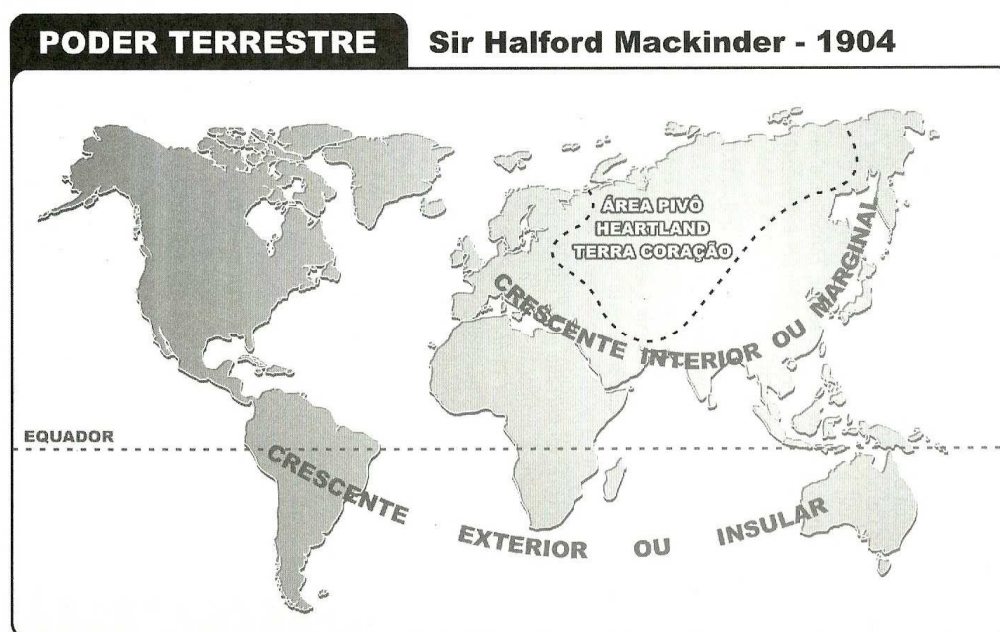


FIGURA 5: A Teoria de Mackinder.  
FONTE: LESSA (2006).

Segundo Meira Mattos, a teoria de Mackinder abre espaço para a discussão de que o desenvolvimento das grandes potencialidades sul-americanas pode ter influência decisiva no concerto das nações na atualidade. Do ponto de vista geográfico, segundo o referido pensador, haverá, normalmente, um Estado pivô, que via de regra será grande e circundado por potências marginais e insulares. Neste caso, se refere ao poder de atração dos grandes Estados em relação aos que os circundam, tendo esta teoria, em alguns casos, migrado para o nível regional dos continentes.

Outro aspecto a ser considerado é a questão da emergência chinesa e o perigo de uma aproximação excessiva com a Rússia, justamente, na região da referida área pivô tão explorada por Mackinder durante o século XX. Este ponto de inflexão poderia agregar uma frente oceânica aos recursos do continente, vantagens que os russos ainda não puderam usufruir.

Travassos teve sua teoria do *Heartland boliviano* baseado na concepção do pensamento de Mackinder, o militar ressalta no conteúdo de sua obra a importância da posse dos recursos naturais na região. Analisando este pensamento de forma contemporânea, constata-se que tal fato poderá sustentar uma demanda cada vez maior de recursos por parte de outras regiões do mundo durante o século XXI.

### 2.4.3 Mahan, Mackinder e a geopolítica brasileira

Considerando o entorno estratégico brasileiro<sup>7</sup> o problema da mobilidade é central na obtenção de superioridade estratégica. A importância atribuída a mobilidade é uma recomendação comum à Mahan e Mackinder, a qual está plenamente incorporada à doutrina militar no mundo contemporâneo.

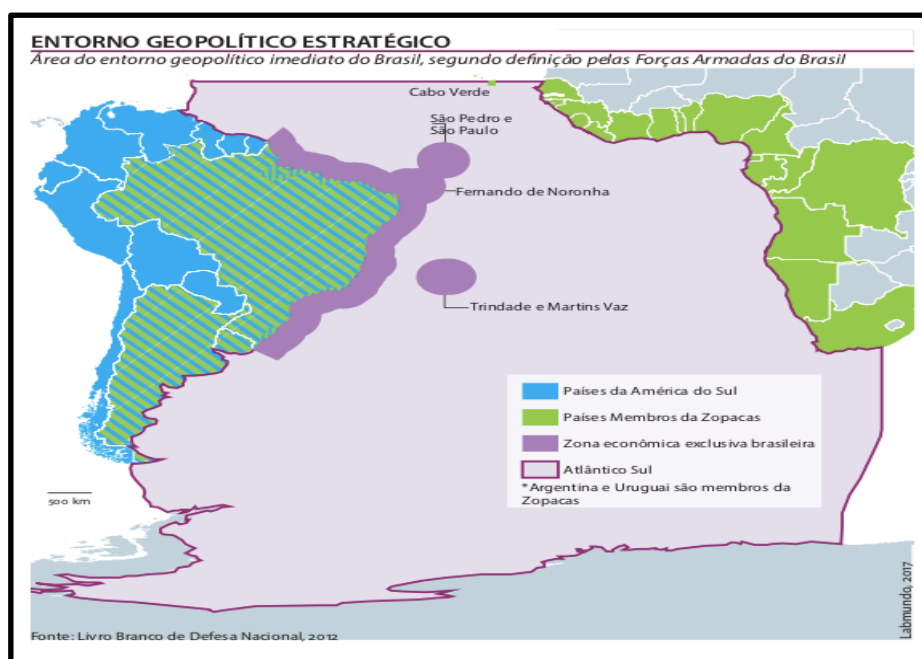


FIGURA 6: Entorno estratégico.  
FONTE: Ministério da Defesa (2018).

<sup>7</sup> Entorno Estratégico: região que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (Política Nacional de Defesa, 2016).

Neste contexto, um exemplo recente e de extrema atenção ao debate geopolítico brasileiro refere-se às motivações estadunidenses para o estabelecimento de bases militares na Colômbia (COSTA, 2009). Esta iniciativa tem por objetivo principal aumentar a eficiência estratégica da Força Aérea norte-americana.

Na Estratégia Nacional de Defesa (2016) se verifica o esforço imposto das Forças Armadas brasileiras atingirem a recomendação mahaniana-mackinderiana de adquirir mobilidade estratégica, sendo capaz de possuir meios para atingir qualquer ponto do território nacional com significativa quantidade de tropas em pouco tempo. Outro tema presente diz respeito à valorização da grandeza do território brasileiro, sendo considerado um país continental (Estado baleia).

Na teoria de Mahan se observa a valorização do extenso litoral brasileiro, com as considerações acerca da vulnerabilidade de um grande território com pouca população (Revista Marítima Brasileira, 2010). O Brasil tem, relativamente, seu território com uma população concentrada nas regiões litorâneas das regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

Em Mackinder encontramos a valorização de grandes espaços territoriais. Coerente com a ideia-força da terra coração, os recursos naturais têm sua importância estratégica ressaltada, em especial para os países que possuem grandes territórios. Neste contexto, o *heartland* sul-americano poderia ser considerado como a região amazônica, próxima ao altiplano boliviano, sendo factível de uma nova modelagem e reconfigurado para a região do Cone Sul.

Um sintoma de uma nova preocupação estratégica norte-americana em relação à América do Sul é o fato da ocorrência de diversas manifestações governamentais ou de *think-thanks* governamentais norte-americanos, alertando para a perda de influência desse país na região nos últimos anos e a necessidade de retomada desta relação. Fato este ocorrido, recentemente, quando da eleição do Presidente Jair Bolsonaro e de sua aproximação pragmática ao governo de Donald Trump. O escopo desta medida visa reduzir a influência de potências extra-hemisféricas, como China e Rússia.

Neste contexto sul-americano, verifica-se um possível fortalecimento do eixo geoestratégico do Cone Sul, fruto de novo reordenamento econômico ocorrido pelo mundo globalizado. Desta maneira, este fato trará importantes efeitos para o entorno geoestratégico da América do Sul e do Atlântico Sul. Tal fato aumentará a margem de manobra para a consecução do grande objetivo brasileiro, o de integrar o continente



sul-americano num polo de poder, dentro de um contexto de multipolaridade. É quase certo que a resolução desta equação dependerá do aumento da capacidade de iniciativa brasileira junto ao seu entorno estratégico.

Ao se analisar o cenário internacional, constata-se a presença de um ambiente de incertezas e ameaças difusas, corroborado por um processo acelerado de reestruturação de poder entre os Estados. Neste contexto, a multipolaridade é provável que não seja suficiente para garantir que, neste quadro de transição, prevaleçam relações não conflituosas entre os Estados<sup>8</sup>.

Uma grande vantagem neste contexto mundial de complexidade e volatilidade civilizatória, é o processo de miscigenação e amalgamento que pode sofrer um Estado (FUENTES, 2014). No caso brasileiro, verifica-se a formação de uma forte identidade nacional, que resultou na superação das etnias formadoras da nacionalidade, gerando um povo uno, com forte unidade no que tange ao plano cultural. Com base nesta condição, diferente dos demais países que compõe os BRICS<sup>9</sup> não possuímos fraturas ou divisões étnicas, logo este fato representa uma grande vantagem neste ambiente mundial complexo.

### **3 METODOLOGIA**

A proposta da pesquisa é seguir a abordagem qualitativa com o objetivo de responder à questão de estudo por meio de uma observação direta e subjetiva do objeto analisado.

Para isso, será realizada uma revisão bibliográfica, buscando aprofundar conhecimentos a respeito do processo de integração regional sul-americano e da Política Externa adotada por países integrantes da região considerada. Além disso, também serão verificados os atores externos relevantes que podem influenciar, na atualidade, o processo de melhora na integração político-econômico regional.

Quanto aos procedimentos técnicos, a presente pesquisa adotará a pesquisa de fontes bibliográfica e documental. Será também realizada uma pesquisa documental, onde se analisarão documentos relacionados ao processo de integração sul-americana, em especial na região da Bacia do Prata. Ressalta-se que esses arquivos

---

<sup>8</sup> Livro Branco de Defesa 2012, p.27

<sup>9</sup> BRICS: termo utilizado para designar o grupo de países de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

não se limitam apenas aos físicos, incluindo, também, os eletrônicos, que façam referência ao assunto.

Em relação à organização do resultado da pesquisa a proposta será estudar as teorias geopolíticas clássicas e contemporâneas, a fim de fundamentar algumas considerações no corpo do trabalho. A seguir, apresentar o histórico geopolítico do processo de integração sul-americano, analisando os aspectos que permitiram se chegar a atual configuração regional.

Para um melhor entendimento, foram elencados alguns atores externos à região e de que maneira poderão influir no processo de incremento da integração regional. A conjuntura multipolar estabelecida na nova ordem mundial tem influência direta nas diversas regiões do globo, o que favorece o estabelecimento de parcerias a nível bilateral e em blocos regionais.

Ademais, a pesquisa analisou o pragmatismo da política externa brasileira, com sua análise histórica e vertente atual, considerando as oportunidades que poderão advir deste novo viés estabelecido pelo Ministério das Relações Exteriores, no que tange a integração regional. Aliado a esta temática, serão verificadas as idiossincrasias dos organismos regionais e de que maneira poderão ou não contribuir na atual processo de incremento da integração platina.

### 3.1 DINÂMICA DA PESQUISA

O estudo da atitude de cada país integrante da região do Cone Sul será de grande importância, a fim de definirmos qual a cultura estratégica estabelecida como perfil de cada Estado.

O termo cultura estratégica foi utilizado pela primeira vez, em 1977, por Jack Snyder. Utilizou-se o termo cultura estratégica para se referir a um conjunto de atitudes e crenças que guiam e circunscrevem o pensamento sobre questões estratégicas, influenciam a maneira como estas questões são formuladas e articulam o vocabulário e os parâmetros perceptuais do debate estratégico (JOHNSTON, 1995).

Neste mister, por meio de uma coleta de dados, da leitura de artigos científicos, dissertações, livros sobre teorias geopolíticas, pesquisa na internet em sites relacionados ao tema, jornais e revistas, será feito uma análise dos fatos e seus desdobramentos geopolíticos.

Por fim, tendo como referencial o estudo apresentado, a conclusão irá buscar mostrar qual a tendência contemporânea no processo de incremento na integração

da região do Prata e o que este evento pode trazer para o tabuleiro da política regional e mundial, considerando os fatos portadores de futuro em andamento.

#### **4 HISTÓRICO GEOPOLÍTICO DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANO**

O histórico geopolítico do processo de integração da América do Sul foi marcado por inúmeros aspectos controversos que prejudicaram a sinergia de esforços em prol do desenvolvimento da região. Diversos conflitos regionais interestatais ocorridos na América do Sul ao longo da história provocaram a formação de um profundo clima de desconfiança entre os países da região.

Além disto, para alguns governos sul-americanos, o Brasil é visto como agente do sub-imperealismo norte-americano na região. A seguir, serão apresentados alguns pontos relevantes deste processo de integração.

##### **4.1 OS ANTAGONISMOS GEOGRÁFICOS SUL-AMERICANOS**

A estrutura analítica da obra *Projeção Continental do Brasil* (TRAVASSOS, 1935) parte dos antagonismos geográficos que compartimentam a América do Sul. Neste contexto, as relações interregionais encontram-se condicionadas pelo Pacífico/Andes ou pelo Atlântico e, numa espécie de subdivisão das áreas de influência deste último oceano, pela Bacia do Prata ou pela Bacia Amazônica, ambas voltadas à vertente atlântica mas com dinâmicas independentes.

Em resumo, constitui-se na vertente atlântica com uma imensa superfície de contato entre os mais significativos centros da civilização mundial, via de penetração natural estendendo-se do oceano às próprias fraldas andinas; na vertente pacífica constata-se um isolamento marítimo relativo, com características montanhosas. (TRAVASSOS, 1935)

Observa-se no mapa de Travassos (Figura 7) a importância dos divisores de águas das principais bacias hidrográficas sul-americanas, onde se verifica o destaque atribuído à situação geográfica da Bolívia. Esta região aparece como importante ponto de passagem e articulação para as comunicações entre os três principais compartimentos geográficos regionais: o Prata, a Amazônia e os Andes.

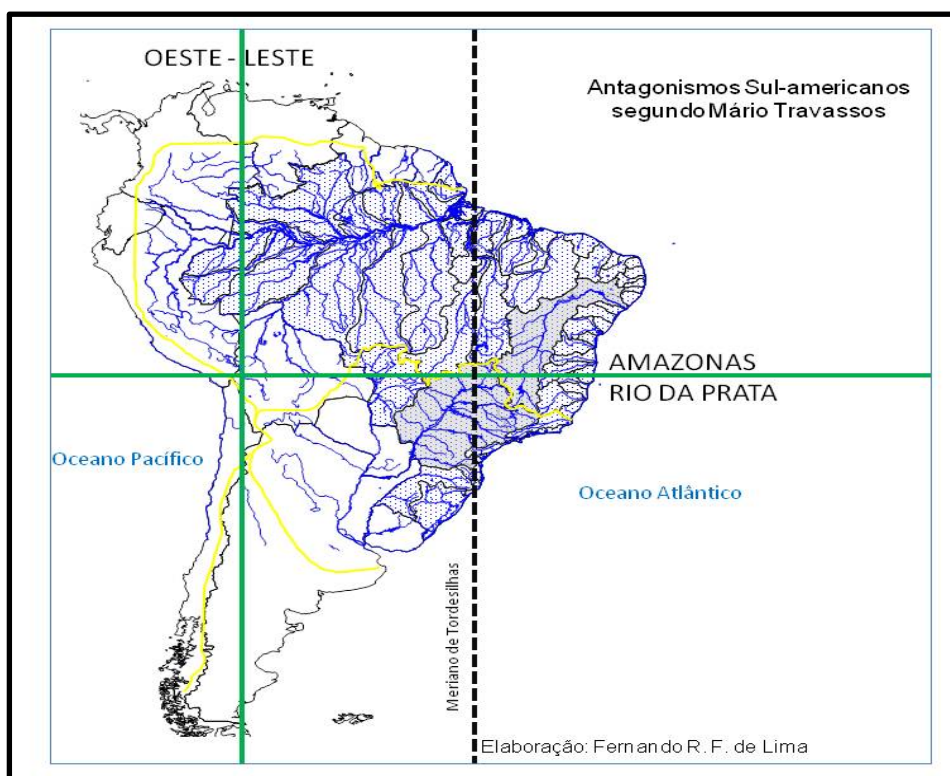


FIGURA 7: Antagonismos sul-americanos segundo Mário Travassos.  
 FONTE: TRAVASSOS, Mario (1935).

Com efeito, os antagonismos geográficos apontados por Travassos continuam se manifestando no desenho dos atuais agrupamentos regionais no subcontinente. O advento do MERCOSUL com o Tratado de Assunção, em 1991, evoluiu a partir dos países do Cone Sul do continente voltados à Bacia do Atlântico. Em 2012, Chile, Colômbia, Peru e México se reuniram para estabelecer a Aliança do Pacífico, uma proposta de bloco comercial mais ligado aos EUA que aos demais países sul-americanos, refletindo a atual situação de suas linhas de comunicação e comércio internacional mais centradas no Pacífico.

Verifica-se que a teoria de Travassos se configura por meio de antagonismos econômicos regionais, justamente pela percepção e diferenças de pensamento político entre os Estados que compõe a região, reforçado pela divisão natural existente.

Entretanto, a nova ordem mundial estabelecida ao longo da segunda metade do século XX, provocou de forma gradual o deslocamento do eixo geoestratégico e do eixo dinâmico da economia mundial do Atlântico Norte para o Pacífico. Tal fato trouxe importantes efeitos para o entorno geoestratégico, que por um lado contribuíram para a integração, mas que por outro degradou algumas iniciativas neste sentido. O

deslocamento do eixo dinâmico também apresentou um potencial para exercer força gravitacional centrífuga na América do Sul. O bloco formado pela Aliança do Pacífico foi um exemplo disto, sendo identificado como uma iniciativa indireta da política externa norte-americana, com a finalidade de dificultar a coesão sul-americana, em um projeto liderado pelo Brasil.

No Livro Branco de Defesa brasileiro se encontra um cenário relativo ao ambiente estratégico previsto para o século XXI, neste documento pode-se verificar uma tendência dominante, em relação ao cenário futuro, voltado para um quadro de incerteza e instabilidade, com um acelerado processo de reestruturação de poder entre os Estados. Neste contexto, a multipolaridade não é por si só uma força motriz capaz de garantir que, no atual quadro de transição, prevaleçam relações não conflituosas entre os Estados.

Dentro desta conjuntura, a força política exercida pelo Brasil e a Argentina é preponderante para uma harmonização de interesses regionais, podendo ser a alavanca necessária para impulsionar esta integração na região de maneira mais consistente, por serem países com culturas estratégicas semelhantes. É forte a ênfase dada por Mackinder e Mahan ao papel da união regional, especialmente em contextos de ameaças exógenas.

A importância econômica entre os blocos elencados anteriormente (MERCOSUL e Aliança do Pacífico) demonstra que a solução para o processo de integração está atrelado ao vagão econômico. Neste sentido, o Brasil por ter acesso a organismos internacionais de importância, como exemplo o G20, pode ser capaz de discutir a inclusão deste bloco regional em uma pauta, com base nos esforços dos diversos países sul-americanos. Sendo assim, a região do Prata se apresenta como um polo de economias sul-americanas com este potencial. Existe, se não um consenso, uma ampla aceitação da ideia de que os rumos da integração regional na América do Sul dependem, em larga medida, do relacionamento entre Argentina e Brasil.

O início do governo do Presidente argentino, Mauricio Macri, eleito em 2015, e a chegada ao poder de Jair Bolsonaro, que assumiu a Presidência do Brasil em 2019, busca alterar a aparente centralidade que a cooperação bilateral assumiu ao longo do processo de redemocratização dos referidos países.

Em síntese, atualmente, ainda que seja demasiado cedo para quaisquer análises mais profundas, a cooperação Brasil-Argentina aponta para uma convergência maior em relação à centralidade que as negociações comerciais devem possuir. Nesse

sentido, parece haver um consenso no que tange à necessidade de fazer avançar o acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia, bem como de realizar uma aproximação aos países da Aliança do Pacífico, sobretudo com o México.

#### 4.2 ZONAS DE INSTABILIDADE

Para Travassos (1935) a instabilidade geográfica sul-americana deriva da oscilação de alguns países entre determinadas características físicas que os circundam e a cobiça internacional, isto representa o produto da dissociação entre a geografia e as unidades políticas sul-americanas.

Com o recurso desse método geopolítico, Travassos situa o altiplano boliviano como o principal foco de instabilidade política na América do Sul, onde as sucessivas crises políticas e guerras na história desse país são manifestações fenomênicas dos antagonismos geográficos entre suas partes andina, platina e amazônica que operam poderosas forças centrífugas.

Na atualidade, este centro de instabilidade, incerteza e insegurança se deslocou para a crise político-econômica da Venezuela, o que trouxe para o cenário regional algumas ameaças que até o momento encontravam-se sob um certo controle dos Estados, tais como: desmonte da democracia em um Estado membro regional, impacto econômico no MERCOSUL, aumento do fluxo migratório ilegal, incremento do crime organizado transnacional (COT), possibilidade de infiltração do terrorismo em sinergia com o COT entre outras.

A permanência do Presidente Nicolas Maduro frente ao Estado venezuelano vem se desgastando ao longo dos anos de 2017, 2018 e 2019, o que torna o problema cada vez mais complexo. Desta maneira, cresce de importância a intermediação pacífica e diplomática por parte dos governos regionais face ao problema apresentado. As relações internacionais e a diplomacia na solução de crises surgem como uma oportunidade do Governo brasileiro equacionar a questão frente a outros atores estatais e não-estatais.

As questões fronteiriças decorrentes do século passado e que geraram fricção na região encontram-se, parcialmente, mitigadas. No entanto, ainda persistem pendências que encontram-se na Corte Internacional de Justiça (CIJ). Face a processos já definidos sobre delimitações fronteiriças, cabe o necessário acompanhamento das decisões emanadas por este organismo internacional a fim de

que sejam cumpridas as suas decisões e controladas possíveis tensões locais no entorno estratégico sul-americano.

Em 2010, a criação da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) tinha em seu escopo a solução de crises regionais e o incremento no processo de integração regional, no entanto a perda de importância desta organização intergovernamental fez com que suas capacidades não atingissem os objetivos propostos, dando oportunidade de surgimento de outros organismos regionais mais fortes, tais como o Grupo de Lima e o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL).

Destaca-se na Figura 8 alguns pontos que merecem acompanhamento de organismos regionais e internacionais, fruto de questões de fronteira entre Estados no continente sul-americano:

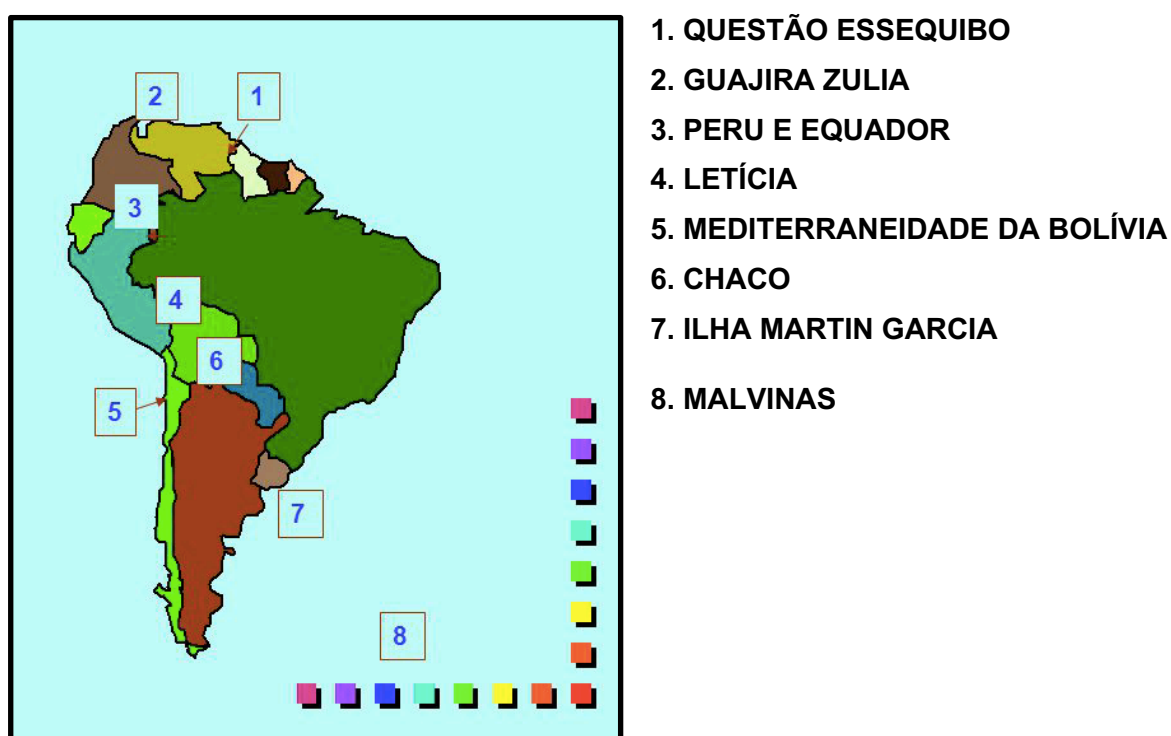


FIGURA 8: Áreas de fricção.  
FONTE: MRE (2018).

A geopolítica sul-americana compartilha de um consenso relativo de que a utilização de teorias do tipo “dilema de segurança” não são totalmente aplicáveis ao continente. Historicamente, desenvolveu-se uma zona de não guerra, o que não necessariamente significa dizer uma zona de paz. O sistema de equilíbrio de poder sul-americano resultou da mitigação das tensões entre Brasil e Argentina, materializada em acordos bilaterais ao longo do século XX, abrindo caminho para um

processo de regionalização da segurança. Dentro desta ótica, a região da Bacia do Prata apresenta-se dentro de uma conjuntura pacífica, o que torna esta região um ponto de equilíbrio regional e polo de futuros consertos, bem como fóruns de integração.

No que tange ao continente africano, o entorno estratégico apresenta alguns problemas pontuais tais como: pirataria em rotas marítimas de importância, expansão do terrorismo, conflitos bélicos regionais e rota de tráfico de drogas.

Em resumo, as evidências sugerem que o entorno estratégico imediato sul-americano é relativamente pacífico, do ponto de vista da violência interestatal. Quanto ao entorno estratégico expandido verificam-se no continente africano pontos de conflito intraestatal e interestatal que podem gerar desafios para organismos regionais. Neste contexto, o Brasil, em seu esforço de projeção internacional, poderá ter que lidar com focos de tensão na África, contribuindo para acordos regionais no que tange o envio de efetivos para operações de paz ou em cooperação internacional.

## **5 ATORES EXTERNOS À REGIÃO E SUAS INFLUÊNCIAS**

Com metade do Produto Interno Bruto (PIB) sul-americano e uma extensão territorial que lhe garante fronteira com dez dos seus doze vizinhos, o Brasil é visto na América do Sul como um potencial líder da região. Mas essa liderança brasileira, intencional ou não, é considerada apenas uma promessa. No entanto, o fato é que a maior parte das nações sul-americanas continua a ver o Brasil como o país com o maior potencial para promover a integração regional, apesar de considerar que tal potencial ainda não esteja sendo totalmente aproveitado.

Neste contexto, surgem inúmeros interesses externos na região e que provocam, em algumas situações, desagregação entre a relação dos países que a integram. Necessário se faz a discussão pautada em uma efetividade diplomática entre os Estados e não uma eficiência perversa<sup>10</sup> nesta área da política externa.

Os Estados Unidos, via de regra, exerceram uma forte influência política e econômica na área, mas nas últimas décadas esta afirmativa se enfraqueceu. As ameaças se apresentaram de maneira muito difusa em outras áreas do globo para os

---

<sup>10</sup> Maximização da eficácia com a utilização dos recursos disponíveis, sem o condicionamento do alcance da finalidade (ESG, 2019).



norte-americanos, o que fez com que seu governo se desligasse, de maneira significativa, da esfera política sul-americana.

A preocupação norte-americana nas últimas décadas têm sido as suas ações políticas no Oriente Médio, a expansão geopolítica da Rússia e a contenção chinesa no Pacífico. Tal fato abriu caminho para um hiato de poder na região, o que fez com que novos atores se apresentassem neste cenário regional.

Para os interesses econômicos vigentes na atualidade, países como China, Rússia e Índia, bem como o bloco europeu buscam iniciativas inovadoras em suas trocas comerciais, visando ganhos geopolíticos nas zonas onde os Estados Unidos perderam influência. Exemplo disso tem sido o continente africano, o que poderá não ser diferente na América do Sul.

## 5.1 CHINA

Com o início das reformas iniciadas por Deng Xiaoping em 1979, a China passou a seguir uma trilha de modernização pragmática, trazendo mudanças significativas para a arena global. Há três décadas, o tamanho de sua economia duplica a cada oito anos. Hoje, ela exporta em um único dia mais do que exportou em todo o ano de 1978.

Não há nenhuma razão em especial para prever que a China pare de crescer de uma hora para outra. [...] O país ainda se encontra nos estágios iniciais do desenvolvimento econômico e há espaço enorme para expansão (HOBSBAWN, 1995).

O crescimento econômico da China tem provocado muitas mudanças, tanto econômicas quanto de caráter geopolítico, com grande impacto para a América do Sul. Para sustentar essa sua nova realidade produtiva e econômica, o país asiático foi em busca de commodities. A América do Sul assume um papel importante para a China, pois esta região possui os recursos minerais e energéticos necessários para suprir a base manufatureira da economia chinesa e alimentos, principalmente soja, para alimentar sua grande população.

Porém, a presença do país asiático não traz apenas oportunidades para a região. Enquanto as exportações da América do Sul para a China tendem a se concentrar em algumas commodities, as exportações chinesas para o continente sul-americano são bem diversificadas e concentradas em produtos manufaturados. Essa dinâmica de comércio entre as duas regiões trouxe à discussão a “maldição das matérias-primas”, (a ideia de que a abundância de recursos naturais prejudica o crescimento econômico

de um país ou região no longo prazo), como uma forma de chamar a atenção para o que vem ocorrendo na América do Sul.

Adicionalmente, a presença chinesa também tem significado uma ameaça às exportações da América do Sul para terceiros mercados, pois os produtos manufaturados sul-americanos não têm conseguido concorrer com os chineses. Com o avanço da China nos mercados globais de manufaturas, o debate sobre a perda de importância relativa da indústria ganhou intensidade na última década, apontando para a existência de um possível processo de desindustrialização acompanhado pela reprimarização<sup>11</sup> da pauta de exportação nos países da região (PAGANINI, 2013).

O que torna uma empresa ou um país competitivo de maneira sustentável não é o que ele sabe hoje, mas quão rapidamente ele aprende e inova, como o caso do rápido crescimento econômico chinês vem demonstrando (SANTOS, 2014).

Para sustentar esse crescimento estrondoso, a busca por commodities passou a ser uma questão de estado. Economicamente, a dinâmica do crescimento chinês no longo prazo depende do acesso às matérias-primas. O acesso aos mercados internacionais de petróleo e matérias-primas visam a garantir fontes de suprimentos de longo prazo. Desta feita, este objetivo transforma-se em objetivo diplomático central do governo chinês (PAGANINI, 2013). Algumas *commodities* tais como o cobre, o zinco, o minério de ferro e a soja, todas presentes na América do Sul, tiveram um aumento não apenas em sua demanda como também em seus preços, afetando diversas regiões no mundo.

A evolução das relações comerciais entre a América do Sul e China, a partir dos anos 2000, tem apresentado crescimento superior à elevação do comércio entre a referida região e o mundo, gerando o aumento da participação das exportações e das importações dos países com a China.

Sendo um dos países com maior território no mundo e também com a maior densidade populacional, a China aumentou sua demanda por petróleo. Atualmente já está como o segundo maior país que utiliza-se desta *commoditie*, estando apenas atrás dos Estados Unidos. Um dos principais motivos está relacionado à sua

---

<sup>11</sup> Conceito da economia que acontece quando há um processo de desindustrialização, ocorrendo uma maior valorização dos produtos primários.

economia, que se apresenta fortemente baseada na indústria de transformação, o que lhe gera esta significativa demanda por petróleo.

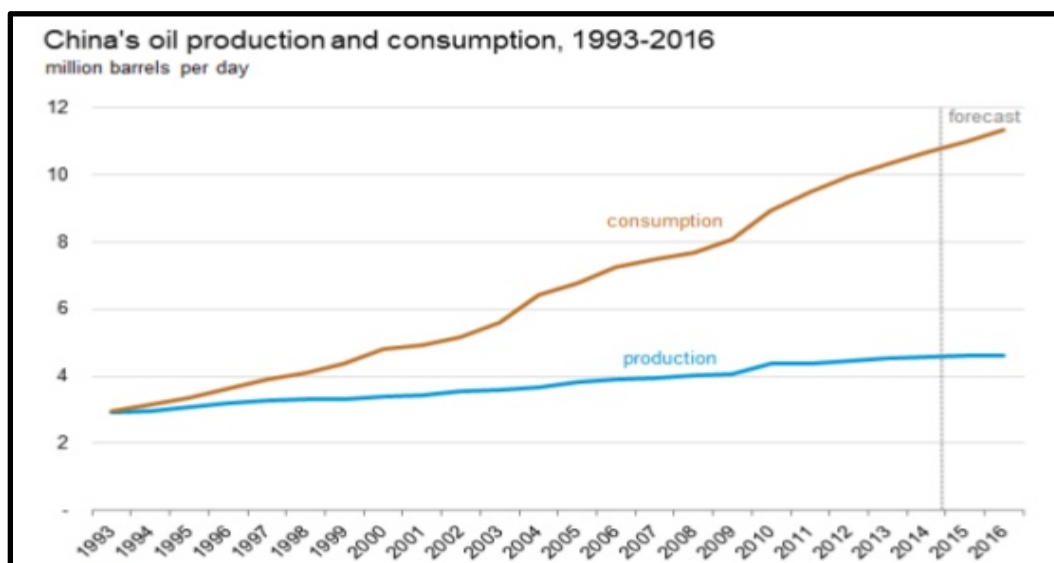


GRÁFICO 1: Produção e Consumo de Petróleo na China em milhares de barris/dia.  
FONTE: BP Statistical Review (2016).

Ao longo das últimas três décadas, o PIB da China cresceu a uma média anual de 9% e o país, com aproximadamente 1,38 bilhões de pessoas (ONU, 2018), tornou-se a segunda maior economia do mundo. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apenas entre 1981 e 2001, o número de chineses com rendimento abaixo de US\$1,00/dia caiu de 490 milhões para 88 milhões, tirando cerca de 400 milhões de pessoas da pobreza extrema. Durante este processo de crescimento, o PIB chinês teve um aumento considerável.

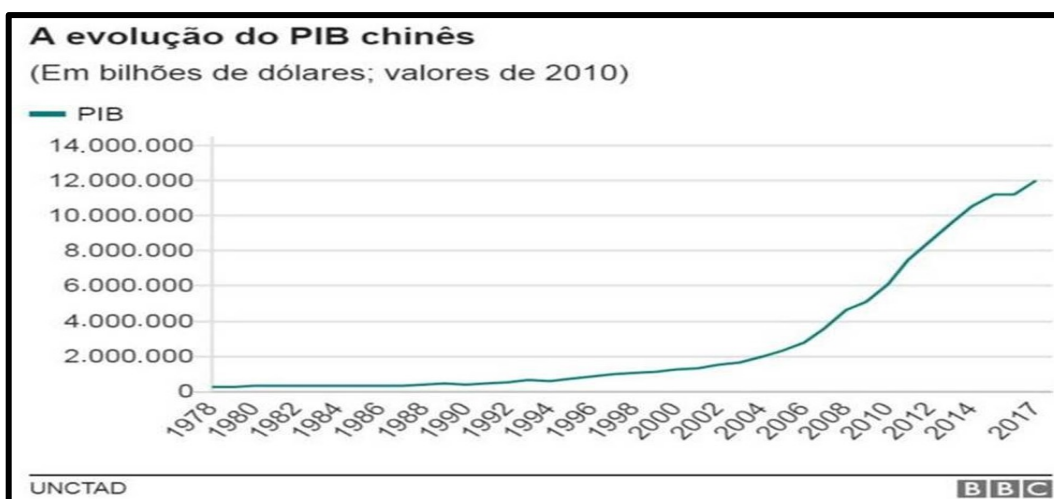


GRÁFICO 2: Crescimento PIB da CHINA.  
FONTE: BBC (2017).

O avanço chinês na periferia do sul reflete algumas conjunturas internacionais. Uma delas é o esmaecimento da presença dos Estados Unidos. Atribuída ao suposto isolacionismo e protecionismo do governo Trump, a bem da verdade, é preciso admitir que o distanciamento foi evidente com Barack Obama. O ex-presidente, como ficou claro na política do Pivô Asiático e nos esforços para aprovar a Parceria Transpacífico (TPP), concentrou esforços na Ásia e na Europa.

O Governo chinês observou a adoção de uma política externa norte-americana que lhe abriu uma gama de oportunidades em áreas e regiões em que seu interesse é latente. No último quinquênio, o governo chinês destinou mais de US\$ 100 bilhões em investimentos diretos (IED) para a América do Sul. Quando comparado aos US\$ 900 milhões aplicados pelo país globalmente, sobretudo nos países industrializados, o valor pode parecer reduzido. A intenção do Governo chinês é aumentar significativamente esses números, elevando em 150% a quantidade de IED até 2019, enquanto espera-se que as transações comerciais passem de US\$ 500 bilhões no mesmo período.

Neste contexto, o incremento no processo de integração sul-americana passa a ter um papel fundamental frente a enorme oportunidade que se vislumbra para a economia entre a região e a China, não somente em *commodities*, mas em especial para o parque industrial local na produção de bens manufaturados. Neste ínterim, a região da bacia do Prata apresenta-se com a região mais industrializada no continente, podendo representar a força motriz neste processo que possa beneficiar toda a região. O MERCOSUL e a Aliança do Pacífico representam uma fortaleza na integração política e econômica sul-americana, sendo o Brasil um ator de relevância neste avanço. O atual governo do Presidente Jair Bolsonaro estabeleceu em sua política externa um novo eixo de aproximação com Estados Unidos, China e União Europeia (UE), tendo o MERCOSUL com prioridade regional, fato este que fortalece as expectativas no fortalecimento de relações internacionais que possam impulsionar a região como bloco.

Nesta conjuntura econômica apresentada, para os países membros do MERCOSUL não interessa acabar com as tarifas alfandegárias existentes que protegem, pelo menos em parte, suas indústrias dos produtos chineses, um dos mais competitivos do mundo. A percepção é que a China já compra da região o que lhe interessa, qualquer eliminação de barreiras comerciais só traria prejuízo para a região que não assistiria um aumento significativo de suas exportações para o país asiático

e, muito provavelmente, veria sua indústria manufatureira sofrer com a concorrência chinesa, o que vale é o incremento do parque industrial da região visando a ampliação em mercados de interesse e que mantenham perenes os investimentos em C&T.

	Brasil	Argentina	Uruguai	Paraguai
2001	2,4%	5,2%	4,0%	11,6%
2002	3,3%	3,7%	3,8%	12,7%
2003	4,4%	5,2%	3,9%	13,9%
2004	5,9%	6,2%	5,5%	15,7%
2005	7,3%	5,3%	6,2%	19,6%
2006	6,1%	9,1%	7,3%	26,7%
2007	10,5%	11,4%	9,6%	27,7%
2008	11,6%	12,4%	10,0%	27,4%
2009	12,5%	12,4%	11,9%	29,6%
2010	14,0%	13,5%	17,7%	34,2%
2011	14,5%	15,1%	24,1%	29,6%

TABELA 1: Evolução da participação chinesa nas importações do MERCOSUL.  
 FONTE: COMTRADE (2012).

Por fim, a América do Sul representa uma parceria estratégica dos chineses, em especial, o MERCOSUL. A ligação com o Pacífico se torna outra oportunidade de um futuro promissor ao bloco, integrando o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico com mercados asiáticos demandados de produtos manufaturados (complementares) sul-americanos e *commodities*, sendo a região da bacia do Prata o motor propulsor deste avanço.

## 5.2 ESTADOS UNIDOS

Na concepção norte-americana ao final dos anos 1980, a América do Sul tornou-se pronta para cooperação com os Estados Unidos. Neste contexto, 90% da população da região estavam sob regimes civis que eram, de modo geral, compatíveis com os interesses e valores norte-americanos. Embora as nações sul-americanas buscassem políticas exteriores mais independentes do que costumavam, nenhum governo sul-americano adotou uma atitude de confronto em relação aos Estados Unidos.

Com base nesta percepção e com a grande influência chinesa na região, em meados de 2018, o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, James Mattis, esteve em uma viagem pela América do Sul. Iniciando sua visita pelo Brasil, e depois passando pela Argentina, Chile e Colômbia, o Governo dos Estados Unidos busca uma maior aproximação com os vizinhos sul-americanos. Em junho deste mesmo ano, o Vice-presidente, Mike Pence, realizou um movimento semelhante, ao visitar o Brasil

e o Equador. O incremento dos Estados Unidos junto à política externa regional teve um motivo principal: a inserção chinesa na continente sul-americano.

O Governo norte-americano buscou com estas iniciativas fortalecer sua presença no entorno estratégico da América do Sul, a fim de evitar o aumento da participação de atores externos contrários aos seus interesses e com potencial capacidade de ameaçar à sua condição econômica mundial, bem como política.

Essas relações são críticas para um hemisfério ocidental, o Governo dos Estados Unidos busca um continente americano colaborativo, próspero e seguro. Nesta conjuntura, o fortalecimento de alianças estratégicas é de vital importância para enfrentar um mundo, cada vez, mais incerto e inseguro (JIM MATTIS, 2018, Secretário de Defesa dos EUA).

O encontro com o Governo brasileiro foi marcado pelo estabelecimento de parcerias e cooperação na área técnica, científica, político-militar, cibernética e indústria de defesa. Neste contexto, o aproveitamento da Base de Lançamento de Alcântara representa uma importante interface neste projeto de aproximação e aliança.

Uma doutrina apresentada em 1823 ao Congresso dos EUA pelo presidente James Monroe demarcou a base da política externa estadunidense para a região: “América para os americanos”. A visão do Governo de Donald Trump parece reafirmar a retomada desta doutrina e com isso os EUA assumirem para si o papel de salvaguardar a soberania do continente.

A América do Sul é o grande vizinho da maior potência mundial. A região foi chave para a sustentação da balança de poder durante a Guerra Fria e continuou sendo na ordem unipolar da década seguinte. Para os EUA, ter uma relação estratégica com a América do Sul será uma condição *sine qua non* para qualquer que seja seu interesse político. E do mesmo modo, uma disputa com a crescente chinesa mantém esse caminho sem volta.

Por outro lado, alguns dos países aliados se desgarraram. A ascensão chinesa e o aumento dos preços das *commodities* redirecionaram a política comercial da região cada vez mais intensamente para a Ásia. A China cresceu exponencialmente seus investimentos para América do Sul e passou a ter influência e respaldo direto nos governos mais críticos. Desta forma, como exemplo, a Venezuela em meio a uma crise política e econômica tem fortalecido sua balança comercial com o Governo chinês. O principal parceiro político e comercial venezuelano é a China, sendo assim,

neste contexto a economia chinesa é determinante para a sustentação do atual governo de Nicolás Maduro.

A política externa chinesa, ao contrário da doutrina do *Big Stick*, não impõe intervencionismos. O que importa são as negociações bilaterais, e enquanto essas estão funcionando, não há motivo para intervir na questão venezuelana.

Com a finalidade de frear o avanço chinês, os EUA conseguiram barganhar novos caminhos na região. O uso da base de lançamentos de Alcântara é um interesse antigo dos norte-americanos, e nesse momento seria essencial para a disputa espacial com a China. Assim como contrabalancear a base espacial chinesa na província sulista de Neuquén na Argentina, que se encontra sob o encargo da Agência Nacional de Lançamento, Rastreamento e Controle Geral de Satélites (CLTC, sigla em inglês), órgão subordinado ao Exército Popular de Libertação da China.



FIGURA 9: Estação espacial da China.  
FONTE: Folha de São Paulo (2018).

Na área econômica, os Estados Unidos continuam a ser um grande parceiro para parte significativa dos países sul-americanos, sendo em alguns casos parceiro prioritário. A remodelação das políticas econômicas de forma multilateral construiu novas forças no sistema internacional, com isso a política externa dos países da região buscou a construção de fóruns e organismos autônomos, indo na direção de

um mundo unimultipolar, isto é, unipolar na área militar e multipolar na questão econômica.

No início do século XXI, importantes avanços foram realizados no intuito da integração regional sul-americana, como exemplo: a União das Nações Sul-americanas (UNASUL – 2008), Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC – 2010) entre outros. No entanto, grande parte destas iniciativas perderam força motriz no processo de integração regional, demonstrando um claro embasamento ideológico de esquerda que não resistiu a realidade globalizada. Neste ínterim, iniciativas isoladas e bilaterais não agregam-se ao esforço de fortalecer os laços de união regional.

Esta região encontra-se distante de focos de conflito armado entre Estados e focos de tensão terrorista, no entanto é uma região de uma paz relativa, haja vista o alto grau de violência interna social, com elevadas taxas de homicídio. Assim, o perfil de segurança dos países desta parte do mundo difere muito de outras regiões, o que gerou a necessidade de implantação de uma nova política de segurança na área.

Em síntese, uma nova agenda orientada pelos Estados Unidos foi estabelecida com maior rigor por governos de direita para o continente sul-americano, com duas características essenciais: por um lado, a maior participação das Forças Armadas nacionais nos diferentes âmbitos e uma militarização da segurança; pelo outro, a promulgação de uma legislação mais rigorosa com a finalidade de limitar as ações de movimentos sociais, na tentativa de melhorar as condições de ordem interna nos países.

### 5.3 UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia e a América do Sul possuem uma relação de longa data em áreas como a cooperação política, a economia, o comércio, o investimento, as alterações climáticas e o processo de integração do MERCOSUL.

A América do Sul e a UE compartilham uma relação de longa data baseada em fortes laços culturais e históricos. Neste contexto, o Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a UE. Na década de 1960, as duas partes procederam à troca de missões diplomáticas formais, o que permitiu um forte incremento em áreas estratégicas.

Em 2007, a UE reconheceu o Brasil como um dos seus principais parceiros mundiais por meio do estabelecimento formal da Parceria Estratégica UE-BRASIL. A



parceria abrangia várias questões, que incluíam: alterações climáticas, energia sustentável, combate à pobreza, processo de integração do MERCOSUL e estabilidade na América do Sul.

As relações econômicas entre a UE e o Brasil foram desenvolvidas levando-se em consideração o processo de cúpulas. Por exemplo, as questões econômicas e a regulamentação financeira foram as principais prioridades da ordem de trabalhos da 2ª Cúpula UE-Brasil. Com base neste contexto, a 5ª Cúpula centrou-se em questões como o emprego e as dimensões sociais da globalização, assim como nas oportunidades de crescimento da economia verde emergente.

Entre outras realizações, a Cúpula UE-América do Sul em 2013 assistiu à assinatura de cartas de intenções entre a UE e o Brasil relacionadas com: estímulo ao turismo e aumento do número de visitantes; entre as partes, um Programa Conjunto sobre Cultura que, em certa medida, centralizou-se no desenvolvimento da economia criativa e das indústrias conexas, um contrato de empréstimo de 500 milhões de euros ao setor da energia verde.

Com base nesta conjuntura, o Brasil e a UE são parceiros comerciais importantes. A UE como bloco é o segundo principal parceiro comercial do Brasil, sendo responsável por 18,3 % do seu comércio total, e o Brasil é o décimo primeiro maior parceiro comercial da UE sendo responsável por 1,7 % do comércio total do bloco, segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC, 2017).

As importações da UE provenientes da América do Sul são sobretudo de produtos primários, concretamente produtos alimentícios, bebidas e tabaco (16,3% das importações da UE provenientes do Brasil), seguido pelos produtos vegetais (17,8%) e produtos minerais (21,8%). O Brasil é o maior exportador de produtos agrícolas para a UE.

As exportações da UE para o Brasil são essencialmente de máquinas e equipamentos (26,6%) produtos químicos (23,6%) e equipamentos de transporte (13,6%). A UE é o maior investidor estrangeiro na América do Sul com investimentos em diferentes setores da economia sul-americana. Em 2017, o bloco europeu tinha 45,5% dos seus investimentos na América do Sul.

Na área de C&T, a Europa possui 1,8 milhão de pesquisadores que trabalham em universidades e centros de pesquisa, com infraestruturas cada vez mais interconectadas, um ecossistema próspero de pequenas e médias empresas e um

número crescente de *startups*. Com apenas 7% da população e 24% do PIB mundial, produz cerca de 30% das publicações científicas do mundo.

A política de pesquisa e inovação da UE é a terceira em termos orçamentais e representa uma contribuição concreta para as suas políticas externas. A cooperação internacional na área científica é realizada por meio do programa horizonte 2020 (2014-2020), com um orçamento de quase 80 bilhões de euros e estruturado em três pilares: excelência científica, liderança industrial e resposta aos desafios sociais. O programa conta com 28 países membros da UE e 16 associados e é aberto ao mundo.

Desta maneira, a UE é um relevante parceiro comercial para o Cone Sul e demais regiões sul-americanas, tendo uma forte influência na área científico-tecnológica sobre os produtos exportados para a região. Logo, representa um parceiro econômico capaz de permitir o fortalecimento comercial na região, em especial, do MERCOSUL.

### 5.3 RÚSSIA

Com relação à Rússia, depois do fim da Guerra Fria, não houve um acordo que definisse claramente suas perdas e reparações. De fato, o território soviético não foi atacado, seu exército não foi destruído e seus governantes não foram punidos. Mas, durante toda a década de 1990, os Estados Unidos e a União Europeia, com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), incentivaram a autonomia dos países da antiga zona de influência soviética e promoveram ativamente o desmembramento do próprio território russo.

Tal fato se explica pelo processo iniciado na Letônia, na Estônia e na Lituânia e seguido pela Ucrânia, a Bielorrússia, os Balcãs, o Cáucaso e os países da Ásia Central.

A reaproximação da Rússia e de outros atores globais importantes, como a China, com os países da América do Sul, reforça a tese de que o século XXI enterrou de vez a concepção de hegemonias dominantes e abre caminho para a construção de um novo mundo multipolar.

A Rússia vem procurando novamente um lugar de destaque no mundo, a política russa está buscando se apresentar não só na América do Sul, mas em todo o mundo. É preciso conhecer o pensamento russo contemporâneo e o papel que a Rússia está novamente desempenhando como um ator importante na política global. Putin

recuperou a presença russa em várias partes belicosas no mundo, e isso interessa para colaborar na geopolítica das soluções pacíficas dos conflitos localizados.

No caso da América do Sul, a maior influência da Rússia está sendo no Governo venezuelano. Adotando uma política externa controversa, em muitos casos, o Governo de Putin tem buscado intensificar sua influência na região por meio da Venezuela. No entanto, o Estado venezuelano está se tornando cada vez mais dependente da Rússia, desde que os seus problemas econômicos aumentaram com a queda do preço do petróleo em 2014.

Por outro lado, a dependência da Venezuela em relação à Rússia não deverá diminuir a médio prazo, pelo contrário. Em sua última visita a Moscou, o Presidente venezuelano, Nicolás Maduro, levantou a possibilidade de reestruturação da dívida com a Rússia. Tal fato sinaliza para um aumento da dependência financeira, ainda maior, por parte do Governo venezuelano em relação ao Governo russo. Esse apoio é ainda mais vital depois das sanções impostas à Venezuela pelo Presidente Donald Trump. As medidas têm o objetivo de impedir que o país sul-americano obtenha novos empréstimos de instituições financeiras dos Estados Unidos. As sanções foram uma resposta à decisão de Maduro no seu esforço para se consolidar no poder.

Por meio de uma rápida análise da conjuntura regional sul-americana, constata-se que não é só na Venezuela que a Rússia está investindo. Em 2015, a Rosneft<sup>12</sup> começou a explorar petróleo na região amazônica do Brasil depois de comprar uma participação em poços de perfuração na Bacia do Solimões.

Em 2018, o Governo de Vladimir Putin, Presidente da Rússia, deu seu apoio à criação do Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL)<sup>13</sup>, processo de integração de seis governos de direita sul-americanos. Em contrapartida, o Governo russo exigiu o fim das pressões externas sobre o regime de Nicolás Maduro. Os sinais díspares de interesse russo na América Latina foram expressos por Donald Trump na última visita realizada, em março de 2019, pelo Presidente brasileiro, aos Estados Unidos, o que retrata um estado de preocupação nas intenções de Putin para o entorno estratégico norte-americano.

---

<sup>12</sup> Rosneft é uma das maiores empresas petrolíferas da mundo. O Governo russo é o maior acionista da empresa com 75% das ações, ao lado da Gazprom e LUKoil.

<sup>13</sup> O PROSUL (Foro para o Progresso da América do Sul) é um fórum de diálogo regional na América do Sul, criado por meio da Declaração de Santiago (2019).

Após a assinatura do acordo para o estabelecimento do PROSUL, Putin afirmou que a Rússia manterá relações construtivas com os países que integram o novo bloco, reforçando que seu país apoia os processos integracionistas na região.

Confirmamos nossa disposição em desenvolver as relações tradicionais de amizade, cooperação construtiva e mutuamente proveitosa com todos os Estados que se somaram ao PROSUL. A Rússia sempre defendeu a unidade dos países da América Latina e do Caribe, para isso apoiamos firmemente as tendências integradoras da região, as organizações e uniões multilaterais criadas nesta região (PUTIN, 2019).

Desta feita, infere-se que a presença e influência russa na economia e política de países da América do Sul passará a ser cada vez maior, onde a busca por recursos minerais, alimentos e inserção geopolítica serão o escopo desta política externa russa. O Governo russo tem como objetivo adquirir um novo posicionamento global, sendo também uma potência mediadora dos conflitos e crises recorrentes no cenário internacional.

#### 5.4 ÍNDIA

A relação do Governo indiano está associado, em especial, a sua participação ao BRICS<sup>14</sup>. Este é um agrupamento econômico atualmente composto por cinco países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Não se trata de um bloco econômico ou uma instituição internacional, mas de um mecanismo internacional na forma de um agrupamento informal, ou seja, não registrado burocraticamente com estatuto e carta de princípios.

O BRICS passará a desempenhar um papel cada vez mais significativo nos próximos anos no cenário internacional. Juntos, os cinco países do grupo representam 44% da população mundial, quase um quarto do território terrestre e 23% do PIB global. Neste contexto, as relações entre o Governo indiano e os países sul-americanos passarão a ser cada vez mais intensa nas áreas econômica, política, C&T e cultural.

A Índia encontra-se como a sétima maior economia do mundo em Produto Interno Bruto (PIB) nominal. A base para este crescimento foi construído com apoio nas reformas econômicas implementadas no início da década de 1990, no entanto o país sofre com os elevados índices de pobreza e desigualdade social.

---

<sup>14</sup> BRICS é o termo utilizado para designar o grupo de países de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

No que tange a área de defesa, as relações do Governo brasileiro e indiano vêm sendo realizadas com base no conceito de cooperação Sul-Sul, como um mecanismo por meio do qual os países do sul buscam superar a dependência das nações industrializadas do norte, reforçando a cooperação científica e tecnologia na área de defesa.

Há um histórico desta relação entre Brasil e Índia que reforça os acordos bilaterais realizados pelos Ministérios da Defesa entre os dois países, além de reuniões de chanceleres em que foram estabelecidas diretrizes de aproximação entre as respectivas bases industriais de defesa. A relação bilateral nesse segmento ganhou força a partir do acordo celebrado, em 2003, entre os dois países no âmbito do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), grupo que tem o objetivo de unir propostas em temas globais e aprofundar o relacionamento em áreas diversas.

A parceria estabelecida com a Índia na área de defesa é uma prioridade estratégica para o Brasil. O Governo brasileiro entende que existe um amplo potencial de cooperação científico-tecnológica com o país asiático no setor militar, com a possibilidade de desenvolvimento de projetos de interesse mútuo.

No 1º trimestre de 2019, foi realizada a 6ª Reunião do Comitê Conjunto de Defesa, as delegações brasileira e indiana trataram de assuntos como logística em operações conjuntas, compartilhamento de imagens satelitais, métodos de gestão do ciclo de vida dos equipamentos de defesa, acústica submarina, intercâmbios na área de ensino e assistência humanitária,.

A avaliação de especialistas, sobre o tema de defesa, concluiu que existe um campo favorável para ampliar acordos bilaterais já celebrados e que poderão trazer benefícios significativos para a base industrial de defesa (BID) brasileira, haja vista o avanço tecnológico indiano em determinados setores. Estas parcerias poderão estar ligadas aos centros de pesquisas militares dos Exércitos brasileiro e indiano para desenvolvimento de equipamentos de defesa que possam suprir, no futuro, necessidades de projetos como o Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON).

Nas áreas econômica e social, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a relação dos BRICS causa um impacto positivo nas relações bilaterais do Brasil com os outros quatro membros isoladamente. Fazer parte do mecanismo, portanto, é uma forma de ter relações de destaque com estes países, cuja capacidade de projeção no cenário internacional é muito significativa. Em acordos bilaterais já

firmados entre Brasil e Índia, grande parte dos objetivos apontam para o desejo dos respectivos governos fortalecer os organismos multipolares já existentes e não em enfraquecê-los.

Uma série de convergências nas agendas dos BRICS em vários setores que provocam um novo tipo de alinhamento entre os países, com a participação do Brasil nesse mecanismo otimizando a inserção internacional do país, uma vez que o mecanismo representa uma perspectiva renovada de inserção internacional da cooperação Sul-Sul. A posição menos dependente e menos isolada no sistema internacional, além da maior possibilidade de projeção dos interesses nacionais, são impactos positivos na política externa brasileira advindos da participação do Brasil no bloco (PENNA, 2012).

O Governo brasileiro já identificou algumas ações ofensivas por parte da Índia no que tange a investimentos em países de língua portuguesa, além de iniciativas em questões delicadas que poderiam ser abordadas nas relações bilaterais dos países em questão, a partir de um maior envolvimento dos mesmos no BRICS, possibilitando o impacto positivo nestas relações (PENNA, 2012).

Em síntese a perspectiva de cenário para a área de defesa aponta para desafios que deverão ser superados, em especial, pelo Brasil no setor político, econômico, militar e científico-tecnológico. Desta forma, pode-se concluir que a importância do aspecto inovador do modelo de relações internacionais entre Brasil e Índia, representa uma perspectiva renovada de inserção internacional da cooperação Sul-Sul. Por sua vez, acaba por auxiliar em uma maior projeção dos interesses nacionais e do MERCOSUL, com impactos positivos na política externa brasileira, advindos da participação do Brasil e da Índia no BRICS, sendo uma importante forma do Brasil também integrar, economicamente, os países que compõe o Cone Sul.

## **6 PRAGMATISMO BRASILEIRO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

### **6.1 ALINHAMENTO DIPLOMÁTICO**

Com o final da II Guerra Mundial, em meados do século XX, e após a reorganização da ordem mundial, surge um projeto de hegemonia no mundo capitalista, regulada e gerida por instituições multilaterais e tuteladas pelos Estados Unidos e seus principais aliados. Com isso, estruturas como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD), entre outros representaram a respectiva projeção de poder dos norte-americanos no cenário internacional. Por baixo dessa institucionalidade, entretanto, a

engenharia da nova ordem mundial se apoiou na bipolarização geopolítica e ideológica do mundo.

Neste contexto, nos anos finais da II Guerra Mundial apresentaram-se mudanças substanciais no cenário internacional, que se refletiram de modo intenso nas relações interamericanas e na política externa dos países sul-americanos. Na nova ordem internacional do pós-guerra, três grandes movimentos compuseram as forças que iriam condicionar as relações internacionais na América do Sul:

- A ascensão dos Estados Unidos à condição de potência hegemônica, construída sobre a base do sistema de *Bretton Woods* (1944) e da Organização das Nações Unidas (1945);

- A ação hegemônica da Organização dos Estados Americanos (1948), com forte viés dos Estados Unidos.

- A expansão dos interesses empresariais norte-americanos na América do Sul, sendo o Brasil o maior parceiro nesta política.

No final da década de 1940, os governos de países sul-americanos como em outras regiões do mundo, tinham a percepção de que uma onda de governos democráticos se formava. Esse sentimento era corroborado pelo discurso norte-americano em favor de uma ordem econômica internacional de caráter liberal.

Durante o Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), a política externa brasileira adaptou-se à nova realidade internacional, baseando-se numa proposta válida para a época da guerra, mas que mostraria equivocada para as novas condições do pós-guerra. O Governo brasileiro esperava manter o mesmo nível de excepcionalidade nas relações com os Estados Unidos, fato este que não se configurou por parte de Washington, com isso neste período o Brasil buscou emular a política de barganha da época da guerra, sem alcançar os resultados esperados, o que levou a definir este período como a de um alinhamento sem recompensa.

Já durante o Governo de Vargas (1951-1954), a política externa brasileira teve de enfrentar um primeiro desafio que foi se posicionar diante da Guerra da Coreia. O momento era de extrema dificuldade política e econômica para o Brasil, o contexto internacional era instável, fato que condicionou fortemente a elaboração de uma política externa brasileira. A conjuntura da guerra fria, no entanto não era favorável ao projeto do Presidente Vargas na reativação de um alinhamento negociado com os Estados Unidos, muitos a época consideravam um pragmatismo impossível.

No cenário do pós-guerra, a América Latina foi destinada a um plano marginal no quadro das prioridades norte-americanas, para o Governo dos Estados Unidos o esforço principal estava calcado na reconstrução da Europa e na contenção do comunismo.

No período do Governo de Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1958), a política externa foi caracterizada por uma fase de alinhamento aos Estados Unidos, estratégia utilizada para a obtenção de apoio financeiro norte-americano. O fundamento político, neste momento, era o Plano de Metas, que exigia um grande volume de capital externo para alcançar o êxito esperado. Esse alinhamento sinalizava que o país acompanharia o posicionamento do Governo norte-americano e Europeu Ocidental nos organismos multilaterais.

Com o incremento da insatisfação dos países sul-americanos diante da política norte-americana para a região, o Presidente Kubitschek buscou a iniciativa de melhorar a integração regional a fim de fazer face a visão do Governo dos Estados Unidos para este importante entorno estratégico. A superação da iniciativa de JK veio com o lançamento da Aliança para o Progresso em 1961, que consistia em uma assistência ao desenvolvimento da América Latina.

A iniciativa de JK, embora tenha tido poucos resultados efetivos, contribuiu para aproximar o Brasil de seus vizinhos hispânicos, já aí identificada uma primeira tentativa de estabelecer uma cooperação regional em favor do desenvolvimento comum.

A Política Exterior Independente (PEI) formulada durante a campanha eleitoral de Jânio Quadros, em 1960, e concebida em razão de três objetivos: contribuir com a política nacional de desenvolvimento econômico e social, diversificar os laços internacionais do país e contribuir para a paz mundial.

O Brasil deveria agir com autonomia e exercer maior protagonismo no cenário internacional, ancorado em seu território de dimensão continental, no tamanho da sua população e no crescimento industrial, que, em alguns setores, qualificava o país como poder econômico (LESSA, 2017).

No entanto, os debates e os termos da PEI foram um fracasso, reforçado pelo fato dos dois governos que construíram esta política não concluíram seus respectivos mandatos. Os resultados tiveram pouca efetividade e naquilo que era essencial (as reformas de base), o Itamaraty e o Planalto foram contidos pelos interesses norte-americanos.



Em 1964, com a inserção do Regime Militar na condução dos destinos do país, o Governo do Presidente Castelo Branco não tardou em promover mudanças, tais como: combate a inflação e o equilíbrio das contas externas. O novo governo adotou uma noção de interdependência como base da nova política externa brasileira, o que não atentava contra a soberania nacional. Durante esta fase de governo, o alinhamento automático com os Estados Unidos foi incrementado por meio da adesão aos princípios ocidentais, vinculando a manutenção da segurança ao apoio ao desenvolvimento econômico.

Esta política externa de alinhamento com o Governo norte-americano se manteve nas gestões subsequentes dos Presidentes Costa e Silva (1967-1969), e Garrastuzu Médici (1969-1973). Dentro deste projeto de crescimento econômico, baseado pelo alinhamento automático, o desempenho da economia do Governo brasileiro apresentou indicadores substanciais com taxas de crescimento do PIB com média de 11% ao ano. O projeto foi complementado na área da política exterior por uma orientação essencialmente comercial, por meio da busca de recursos financeiros e tecnológicos e projeção de poder no plano internacional.

A percepção de outros países do mundo, fora do contexto regional, era de que o Brasil era o guia elencado pelos Estados Unidos para os destinos dos demais países sul-americanos. Esta clara noção provocou manifestações de indignação por parte dos vizinhos, que alimentavam a ideia de que o Brasil era o *Key Country* da América do Sul, com uma conotação mais colaborativa e cooperativa, não tendo as ideias norte-americanas como norteadoras desta política de cooperação.

Em resumo, ao final da década de 1990, os países que compunham o Cone Sul na região da Bacia do Rio da Prata, apresentavam suas economias em ritmo de crescimento e desenvolvimento, tendo a capacidade de ser a força motriz neste processo de integração e cooperação das economias regionais. Com base nesta conjuntura da época, havia a necessidade da política externa brasileira ter identificado melhor esta região dentro de um projeto maior de inserção no cenário internacional.

## 6.2 PRAGMATISMO RESPONSÁVEL

A política externa do Governo do Presidente Geisel (1974-1979) foi definida como base no pragmatismo ecumênico e responsável, que buscou recuperar os princípios da PEI, sem no entanto se confundir com ela. Entre seus objetivos encontravam-se os compromissos com a comunidade ocidental, a diversificação dos

laços internacionais do país, o crescimento voltado para o incremento em C&T, a expansão do comércio exterior, a cooperação com países latino-americanos e as relações, com retorno efetivo, com os Estados Unidos.

Foram políticas semelhantes em momentos diferentes, mas que tiveram em comum a tentativa de buscar autonomia externa, por intermédio da universalização das relações internacionais do Brasil. Enquanto os governos militares anteriores a esse período apresentaram entre si linhas de continuidade quanto ao projeto de construção da potência econômica e militar, o Governo de Geisel percebia que o Brasil ainda teria de trilhar um longo caminho antes de alcançar este status dentro do círculo das grandes potências, reconhecendo seu papel intermediário de potência regional naquele momento.

Na consecução dos interesses econômicos do Brasil, o Governo de Geisel estreitou relações com os países da Europa Ocidental, em especial Alemanha e França. Além disso, ampliou e aprofundou, significativamente, as relações com as nações africanas e asiáticas, ao mesmo tempo que adensou sua integração com seus vizinhos sul-americanos. O novo padrão das relações com os países africanos do Atlântico e com o Oriente Médio talvez tenha sido a principal inovação da administração Geisel.

As relações com os Estados Unidos tiveram como principal tema a questão do programa nuclear brasileiro, que envolvia uma questão de fundo que era a disposição dos norte-americanos em ditar as regras internacionais do setor, sendo um árbitro internacional, tendo que dar o aval de um país tornar-se ou não detentor de conhecimento e de tecnologia nuclear. Tal disposição foi incentivada pela assinatura do Tratado de Não Proliferação (TNP), em meados de 1968, e por sua entrada em vigor em 1970 (SOUTO MAIOR, 1999).

Com o impasse na discussão sobre a pauta nuclear com o Governo norte-americano, a alternativa encontrada por Geisel foi buscar junto à Alemanha Ocidental a tecnologia da qual carecia e que lhe fora recusada pelos Estados Unidos. Desta feita, em 1975 foi assinado o Acordo Nuclear Brasil-República Federativa da Alemanha sobre a cooperação e o uso pacífico da energia nuclear. O Brasil buscava mais autonomia energética, amparada, em parte, no domínio da tecnologia nuclear e na expectativa de desenvolvimento de uma indústria bélica nacional.

Em meados de 1974, o Governo brasileiro criou o Programa Nacional para a Exportação de Material de Emprego Militar, elaborado pelo Conselho de Segurança

Nacional, programa que apresentou resultados satisfatórios ao final daquela década. Entre os clientes do Brasil, além de países africanos e do Oriente Médio, estavam alguns do entorno estratégico regional como Chile e Argentina. A perspectiva de autonomia brasileira articulava o setor energético e a indústria bélica, além de estar presente em iniciativas de natureza diplomática e econômica, em sentido amplo.

No que diz respeito a América do Sul, o Brasil procurava meios para avançar na integração física, a qual era parcialmente prejudicada pela contenda com a Argentina em torno da construção da hidrelétrica de Itaipu. Das iniciativas para a sub-região, destacam-se o apoio a constituição do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FLONPLATA), resultante das iniciativas no âmbito do Tratado da Bacia do Prata; a criação de um organismo internacional para a região; e a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

As iniciativas e participações do Brasil nos foros sul-americanos seguiam a lógica dos eixos de atuação – o Prata e a Amazônia -, e tinham por base a expansão das exportações brasileiras, notadamente de manufaturados (LESSA, 2017).

Com foco no conjunto da obra, o Governo Geisel apresentou uma política externa vinculada aos interesses da agroexportação, da indústria, sobretudo em relação a necessidade de aumentar as exportações de manufaturados, com viés pragmático e responsável. Neste contexto, o governo seguinte do Presidente João Figueiredo (1979-1985) buscou manter a mesma direção estabelecida por Geisel nos desígnios do país.

Durante este período do regime militar, alguns fatos criaram um certo grau de instabilidade regional, entre eles pode-se destacar a Revolução Sandinista, a Guerra das Malvinas e a segunda crise do petróleo. Estes acontecimentos impactaram, significativamente, os mercados internos dos países circunvizinhos, trazendo desequilíbrios para as economias da região. Neste momento, a economia brasileira se encontrava na oitava posição mundial e a manutenção do impulso de crescimento era uma meta para o governo federal.

A maior crise enfrentada pelo Brasil foi a Guerra das Malvinas, neste íterim a política externa brasileira buscou uma saída negociada da questão, pautando-se na tradição pacifista e jurídicista do país. A intenção, naquele momento, foi apoiar a Argentina em termos políticos-diplomáticos e econômicos, com uma visão maior de futuro, visando o aumento de confiança por parte dos argentinos, o que iria facilitar nas tratativas de cooperação e integração sul-americana.

O ponto de inflexão proporcionado por esta política exterior foi a superação do contencioso de Itaipu e a ampliação das relações Brasil-Argentina nas áreas nuclear e militar, por meio de incremento na cooperação bilateral, desembocando na Declaração de Iguazu (1985) e na própria criação do MERCOSUL. As mudanças foram suficientemente profundas para que o tema da integração passasse ao primeiro plano do relacionamento entre Brasília e Buenos Aires, suplantando a rivalidade natural.

Os ganhos de qualidade no relacionamento com os países sul-americanos vizinhos, além do caso argentino, foram visíveis nas ações do Presidente Figueiredo, tais como: visita ao Chile (1980), na qual foram assinados acordos de cooperação na área econômica; a I Reunião de Chanceleres dos Países do TCA (1980); visitas ao Peru e à Colômbia, evidenciando a preocupação com a vertente amazônica da política exterior; bem como outras ações diplomáticas nos anos que se seguiram (PIMENTEL, 2012).

Por fim, esse conjunto de medidas e ações fazia parte de uma única iniciativa, que era o prosseguimento de um espaço político-diplomático sul-americano, tudo com o objetivo de estabelecer acordos de cooperação científica em diversas áreas e de formar um espaço econômico regional. As vertentes platina e amazônica formavam o projeto de construção da América do Sul com base na autonomia e universalismo, tendo o pragmatismo responsável como eixo transversal. Com isso, o regime militar buscava finalizar sua participação no contexto político-econômico em que estiveram envolvidos no período de 1964 até 1985.

## **7 IDIOSINCRASIA DOS ORGANISMOS REGIONAIS**

O processo de globalização mundial foi uma experiência que estabeleceu a intensificação das transações comerciais e a diminuição das fronteiras que separavam as nações. Nesse contexto de aceleração, as grandes nações capitalistas tomaram como prática a consolidação de acordos que viabilizassem a obtenção de matérias-primas e a garantia de novos mercados consumidores de produtos industrializados. Foi assim que notamos a formação dos primeiros blocos regionais na história do capitalismo.

O pensamento sul-americano alimentou-se das fontes que defendiam certo grau de ativismo nas políticas macroeconômicas em geral, e nas setoriais de modo particular, com muita ênfase nas políticas comerciais e industriais, que nos autores e doutrinas liberais, fato este que explica o enorme sucesso nas

transações comerciais e em alguns projetos de integração na região (LESSA, 2017).

Atualmente, o mundo se prepara para a 4ª Revolução Industrial<sup>15</sup> que trará inúmeros benefícios para a sociedade moderna, com isso a previsão será uma grande transformação no mercado de trabalho, tendo em vista o incremento na automação produtiva.

Apesar dos empregos do futuro, milhares de postos de trabalho deverão ser extintos, já que a Indústria 4.0 poderá aumentar a produção sem precisar criar novos postos. Nesse cenário, o abismo entre quem tem baixa qualificação e alta qualificação aumentará, o que pode criar maior desigualdade social e um novo tipo de proletariado. Com o aumento do desemprego e a necessidade de um crescimento sustentável, pesquisadores já estudam novos modelos econômicos, como a redução da jornada de trabalho e medidas de redes de apoio social, como o maior participação do Estado frente a este potenciador de tensões sociais.

## 7.1 MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é uma organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção (1991), na qual foi estabelecida, inicialmente, uma integração econômica configurada atualmente em uma união aduaneira. Em sua formação inicial, o bloco era composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, tendo a Venezuela aderido posteriormente ao bloco.

As origens do bloco estão associadas às discussões para a constituição de um mercado econômico regional para a América do Sul, que remontam ao tratado que estabeleceu a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) na década de 1980.

O MERCOSUL seguiu por um caminho da sub-regionalização com seu escopo na ideia de que a superação da dependência das exportações de matérias-primas passava pela industrialização com integração regional (LESSA, 2017). O escopo

---

<sup>15</sup> A 4ª Revolução Industrial irá se caracterizar por mudanças abruptas e radicais, motivadas pela incorporação de tecnologias, tendo desdobramentos nos âmbitos econômico, social e político. Essa nova fase será impulsionada por um conjunto de tecnologias disruptivas como robótica, inteligência artificial, realidade aumentada, *big data* (análise de volumes massivos de dados), nanotecnologia, impressão 3D, biologia sintética e a chamada internet das coisas, onde cada vez mais dispositivos, equipamentos e objetos serão conectados uns aos outros por meio da internet.

deste bloco estava calcado na proteção contra a concorrência dos países avançados que se utilizavam de políticas substitutivas e artificialmente dirigidas para dentro.

Na verdade o que se observou nesta tentativa de integração foi um benefício proporcionado às empresas multinacionais estrangeiras, com base em acordos preferenciais que as protegiam da competição externa, ao passo que assegurava uma reserva de mercado garantida pelos acordos parciais ou setoriais.

Neste contexto, foi possível constatar, em virtude dos acordos de integração e de equívocos macroeconômicos, que os países sul-americanos perderam presença nos mercados mundiais de maneira significativa, em uma trajetória inversa aos países asiáticos, que aumentaram sua participação nos intercâmbios internacionais. Com base nesta assertiva, a América do Sul baseou suas economias na exportação de *commodities*, ao passo que os países asiáticos penetravam de forma agressiva nos diferentes nichos de produtos manufaturados.

Em síntese, no caso do MERCOSUL tem-se a necessidade de monitorar todos os membros do sistema multilateral de comércio com vista a diminuir seu impacto desviante e realçar seu potencial de liberalização futuro em proveito da maioria. O Brasil e a Argentina detêm a força econômica necessária para incrementar as relações econômicas e políticas deste bloco, permitindo com isso uma melhor harmonização entre os estados-membros e um maior desenvolvimento da região do Cone Sul.

## 7.2 ALIANÇA DO PACÍFICO

A Aliança do Pacífico é um bloco comercial latino-americano criado em 2012, formado pelo Chile, Colômbia, México, Peru e Costa Rica. Os países-membros deste organismo regional representam aproximadamente 36% do PIB da América Latina. De acordo com dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), as exportações totais em 2017 ultrapassaram as do MERCOSUL (principal bloco sul-americano).

Para alcançar uma maior integração econômica entre a Aliança do Pacífico e o MERCOSUL, representantes dos dois blocos buscaram, em 2018, definir um plano de ação com vistas à criação da maior zona de livre comércio na América Latina, permitindo com isso o incremento no processo de integração regional.

Em 2019, os governos do Brasil e do Chile iniciaram as tratativas para a construção de um corredor rodoviário para unir a região Centro-Oeste e os portos marítimos no norte do Chile, passando pela ponte a ser construída entre Porto

Murtinho e Carmelo Peralta, pelo Chaco paraguaio e o noroeste argentino, infraestruturas que irão favorecer as ligações entre os respectivos países.

O MERCOSUL e a Aliança do Pacífico são hoje projetos claramente complementares. Na verdade houve um momento, no passado recente, em que os dois blocos pareciam caminhar em sentidos opostos. Analistas chegaram a falar de um novo Tratado de Tordesilhas separando os países voltados para o Atlântico dos países que se projetam em direção ao Pacífico.

O engajamento entre os referidos blocos integra a estratégia de modernização da presença do Brasil no mundo. Traduz, de forma clara, o compromisso do atual Governo brasileiro com a integração regional e o livre comércio, peças-chave para a promoção do crescimento sustentado na região.

No momento em que tendências protecionistas ganham força no cenário internacional, a aproximação entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico representa uma inestimável contribuição para um sistema internacional de comércio aberto e equilibrado, representando a força motriz necessária para superar as barreiras da integração regional (EXAME, 2018). Juntos, os dois agrupamentos respondem por mais de 90% do PIB e dos fluxos de investimento direto estrangeiro na região e somam 470 milhões de pessoas, ou seja, 80% da população da América Latina e Caribe.

Neste contexto, a região da Bacia do Prata poderá se beneficiar por meio desta conjuntura favorável ao processo tão almejado de integração, calcado nas mudanças governamentais de países-chaves da região.

### 7.3 UNASUL

Criado em 2008, a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) buscava consolidar o objetivo de unificação das economias de todos os países da América do Sul. Estabelecia ainda como objetivos a promoção do desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico entre os membros.

A UNASUL era um bloco que abrangia a reunião dos doze países da América do Sul. Entre eles estão Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. No entanto, após a mudança recente do rumo nos governos dos principais atores sul-americanos e das divergências entre alguns membros do referido organismo regional, atualmente sua estrutura se encontra enfraquecida devido a desistência de participação de muitos dos países que

integravam o bloco, como exemplo o Brasil, o Chile, o Paraguai, o Peru e a Colômbia que assinaram sua saída em 2018.

Em janeiro de 2019, o Presidente do Chile, Sebastián Piñera, relatou que devido ao enfraquecimento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) se fazia necessário uma nova proposta como alternativa para substituir o referido órgão interestatal e promover o contínuo processo de integração regional.

Em síntese, é importante notar que a iniciativa subcontinental não se deu em detrimento da América do Sul e nem dos esforços de integração já existentes na região, como o MERCOSUL, a Aliança do Pacífico e outras. No entanto, devido a um forte viés ideológico implementado na UNASUL, este organismo regional passou a entrar em conflito com base na agenda de muitos dos países-membros, em especial a partir de 2018, quando se iniciou uma mudança política da América do Sul, principalmente, após a eleição dos Presidentes do Brasil e da Colômbia. Além disso, a questão na Venezuela, com fortes problemas migratórios, impactou economicamente os países do entorno, reforçando a ineficiência na solução de crises por parte deste organismo.

#### 7.4 PROSUL

O PROSUL (Foro para o Progresso da América do Sul) é um fórum regional de diálogo. A iniciativa de criação deste organismo partiu dos Presidentes do Chile, Sebastián Piñera, e da Colômbia, Iván Duque, cuja formação se deu no dia 22 de março de 2019, com a assinatura da Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração na América do Sul. A declaração também leva o nome de Declaração de Santiago, por conta de sua assinatura no *Palacio de La Moneda*, em Santiago (Chile).

Oficialmente, assinaram a Declaração de Santiago, os representantes dos seguintes países: Argentina (Mauricio Macri), Brasil (Jair Bolsonaro), Chile (Sebastián Piñera), Colômbia (Iván Duque), Equador (Lenín Moreno), Guiana (embaixador George Talbot), Paraguai (Mario Abdo Benítez) e Peru (Martín Vizcarra).

A Declaração de Santiago traz como propósitos: a cooperação e coordenação entre os países-membros, o diálogo, a implementação gradual e flexibilidade na estrutura, a integração de infraestruturas; além do que estabeleceu requisitos de participação. Os países que compõem o PROSUL se preparam para a realidade da



Quarta Revolução Industrial, com base nesta nova proposta, salienta-se alguns aspectos positivos que poderão advir desta iniciativa regional:

- a plena vigência da liberdade e da democracia;
- a busca de uma melhor cooperação e integração regional;
- o respeito aos direitos humanos;
- a proteção ao meio ambiente;
- os investimentos em infraestrutura logística e energia;
- as políticas públicas em defesa da educação e saúde;
- a cooperação na defesa e na paz; e
- a busca pelo desenvolvimento sustentável.

Com base nos dados apresentados pelo FMI, verifica-se as seguintes características do novo bloco regional da América do Sul: o PIB total do PROSUL é de US\$ 3,789 trilhões (FMI, 2018); a população total do PROSUL é de 377,2 milhões de habitantes (PNUD, 2017); em média, a taxa de crescimento do PIB do PROSUL é de 2,0% ao ano (CEPAL, 2018). O IDH do bloco, em média, é de 0,754 (PNUD, 2017), correspondente ao desenvolvimento humano elevado. Em média, a esperança de vida ao nascer é de 74,8 anos (PNUD, 2018). Por último, em média, o Índice de Gini é de 47,0 (PNUD, 2018).

Em síntese, as perspectivas na área econômica, política e social são grandes em relação ao PROSUL. Estima-se que a integração na área de defesa poderá trazer um forte impacto na base industrial dos países que integram este novo organismo regional. Neste contexto, surge mais uma importante iniciativa de integração e oportunidade para o Brasil estabelecer uma política externa voltada para a região do Cone Sul, marco e força motriz para o processo integracionista sul-americano.

## **8. CONCLUSÃO**

O presente trabalho buscou apresentar os aspectos que envolvem o difícil processo de integração na América do Sul em torno de uma construção política para uma região de escala sub-continental dentro de um conturbado mundo globalizado, as vésperas de uma quarta revolução industrial.

Neste contexto, o mundo se apresenta por meio de uma nova ordem multipolar, com atores cada vez mais influentes em temas sensíveis e que retratam a necessidade de fortalecimento de blocos regionais, a fim de enfrentar os novos desafios que se apresentarão em curto e médio prazo frente aos fatores econômicos, políticos, sociais, militares e científicos-tecnológicos.

No caso específico da América do Sul, verificou-se que ao longo da história ocorreram muitas iniciativas de integração regional, tendo em alguns casos ocorrido maior efetividade em algumas propostas e resoluções. Com base nas incertezas e na alta volatilidade das relações internacionais, não há outra opção para o sub-continente sul-americano que não buscar incrementar a sinergia de esforços em busca da formação de um bloco mais sólido. Neste ínterim, a região do Cone Sul possui capacidade de ser a força aglutinadora necessária para impulsionar, de maneira mais contundente, a continuidade da integração regional.

Observa-se que após a crise econômica mundial ocorrida em 2008, cada país da região da América do Sul apresentou reações específicas para fazer face ao difícil momento. Os resultados apresentados demonstraram a capacidade de cada Estado em se contrapor aos novos desafios da economia mundial, no entanto, algumas medidas protecionistas adotadas tiveram influência direta na estrutura dos organismos regionais de integração, provocando em alguns casos o enfraquecimento de algumas iniciativas que avançavam de maneira eficaz.

O MERCOSUL pode ser considerado como uma das iniciativas com melhor resultado alcançado se comparado a outras que se apresentaram em outras regiões durante as últimas três décadas. No entanto, o Brasil, por ser a economia mais pujante dentre os parceiros deste bloco, não desenvolveu e nem implementou de maneira adequada, ao longo dos últimos anos, algumas infraestruturas necessárias para diminuir as assimetrias econômicas em seus sócios-parceiros. Este fato provocou um certo enfraquecimento do referido organismo, haja vista que o bloco não foi capaz de se fortalecer na crise, mas sim dispersar esforço que mais tarde provocaria desconfiança entre seus integrantes.

Atualmente o MERCOSUL possui um PIB de mais de 4 trilhões de dólares (base PPC), sendo que cerca 70% deste valor corresponde ao Brasil. Logo, conforme já citado, as assimetrias de mercados existentes no bloco são grandes. Isso vem causando uma série de atritos dentro de sua estrutura, além de ser um dos fatores que dificultam a criação de uma moeda única para o referido bloco econômico.






País	PIB (PPC) em milhões	PIB (PPC) per capita	População (2015)	IDH <sup>[86]</sup>
 Brasil	<b>3.192.405</b>	15.615	<b>205.002.000</b>	0,754
 Argentina	971.967	<b>22.554</b>	43.131.966	<b>0,827</b>
 Venezuela	515.745	16.673	30.620.404	0,767
 Uruguai	73.463	21,507	3.415.866	0,795
 Paraguai	60.977	8,708	7.003.406	0,693

TABELA 2: Economias do MERCOSUL<sup>16</sup>.  
 FONTE: MERCOSUL.

O que se observa no momento é que o MERCOSUL está muito mais para uma união aduaneira do que para um mercado comum. Com a mudança política ocorrida a partir dos últimos anos em países da região, observa-se a intenção de retomar o esforço em incrementar as relações exteriores com uma clara tendência mais liberal para a economia, cuja participação do Estado tende a ser cada vez menor e com isso o estabelecimento de uma política externa independente de viés ideológico.

Observa-se a retomada da importância do conceito de Mário Travassos no que tange a terra-corção (*heartland*) na América do Sul. O fortalecimento regional deverá ser o escopo da atual política sul-americana nos próximos anos, em uma evidente tentativa de estar em melhores condições para enfrentar os desafios da quarta revolução industrial. Em seus aspectos mais gerais, as principais características da integração sul-americana indicam que esta não difere muito das demais experiências congêneres em curso no mundo (ALMEIDA, 2012).

Como particularidade desta região, verifica-se que as similaridades predominam sobre as diferenças entre as relações interestatais, agregada a situação de contiguidade territorial-nacional e fortalecida pela identidade regional-continental convergente. Além disso, existe um histórico de relações de vizinhança marcado por sucessivos estágios de cooperação, competição, rivalidades e conflitos. Tais aspectos permitem colher fatos portadores de futuro favoráveis ao fortalecimento da região frente a um mundo cada vez mais incerto.

<sup>16</sup> A Venezuela teve seu processo de adesão reconhecido em 2005. Foi concretizada em virtude da destituição do Presidente paraguaio, Fernando Lugo, quando o país foi, temporariamente, suspenso do bloco. Tal fato tornou possível a adesão venezuelana como membro pleno do MERCOSUL a partir do dia 31 de julho de 2012, pois a inclusão era até então impossível em razão do veto paraguaio. Porém, em 1º de dezembro de 2016, a Venezuela foi suspensa do grupo, por não cumprir com as diretrizes do bloco, entre os quais o compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos.

A influência de atores externos foram relatadas no corpo deste trabalho, oportunidade em que se verifica interesses, por vezes, antagônicos e com percepções distintas que poderiam agregar ou não a força necessária ao processo integracionista na região. A China tem uma economia cada vez mais crescente e com elevada dependência de *commodities* ligados a questão alimentar e energética, tendo as economias sul-americanas forte participação na balança comercial chinesa. O concerto econômico que poderia ser estabelecido pelos integrantes do Cone Sul junto a China, provocaria a diminuição da assimetria entre os estados-membros do MERCOSUL e impactaria, positivamente, também outras iniciativas regionais, fortalecendo o processo de integração.

EUA e UE possuem interesses e percepções diferentes em relação ao Governo da China, sendo, no entanto, importantes atores para a economia regional e que possuem grande capacidade de influenciar as relações econômicas dos países sul-americanos junto a outras regiões do mundo, de maneira multilateral ou mesmo bilateral. Dentro da ordem mundial multilateral, a composição de parcerias econômicas como o BRICS, faz surgir atores de relevância para a região da América do Sul como a Índia. O Governo indiano analisa a região como uma importante área de investimento econômico, bem como fonte de *commodities*, em especial, alimentos. Além disso, a Índia identifica a América do Sul como um possível polo de produção de produtos manufaturados no futuro, caso os atuais governos realizem as reformas políticas e fiscais necessárias para que a região possa enfrentar o advento da indústria 4.0.

A Rússia se posiciona como um contraponto norte-americano no subcontinente sul-americano, além de compor o BRICS. O Governo de Putin avalia a região como uma forma de contrabalancear a influência dos EUA no campo geopolítico e se beneficiar economicamente do comércio de grãos e carne provenientes da região.

As peculiaridades dos organismos regionais também foi ressaltado de importância neste trabalho, os dois principais blocos econômicos, MERCOSUL e Aliança do Pacífico, poderão promover um salto na integração regional, a par da inovações a serem provocadas pela 4ª Revolução Industrial. É mister, por parte dos Governos sul-americanos reduzir as idiosincrasias entre estes organismos interestatais na região. A parte política entre os Estados passará a ter um papel cada vez mais relevante nas negociações dentro do subcontinente, permitindo com isso um

melhor comércio e incremento nas respectivas balanças comerciais, o que fortaleceria por meio da economia o processo integracionista.

O enfraquecimento da UNASUL, ao longo dos últimos anos, permitiu o surgimento de outro organismo regional, voltado para a discussão política das questões regionais. Desta feita, o PROSUL foi elencado como uma nova maneira de se discutir as questões políticas na região, cuja iniciativa surgiu por meio dos Governos chileno e colombiano. Por ser ainda um organismo recente, torna-se desafiador uma análise neste momento do potencial de efetividade desta nova estrutura. No entanto, constata-se um novo pensamento para a integração da América do Sul, frente a uma política econômica mais liberal adotada pelo principais *players* da região: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru.

Por fim, conclui-se com este trabalho que os desafios de integração são grandes, considerando todo o histórico deste processo. No entanto, após a fase da globalização vivida ao final do século XX e o início de uma nova fase para a economia mundial com o advento da Indústria 4.0, a região do Cone Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) passou a ter um papel vital na solução de questões de integração sul-americana. Devido aos erros e acertos cometidos no incremento do MERCOSUL, desde sua criação na década de 1990, uma retomada mais efetiva, principalmente por parte do Brasil, na busca de se tornar um mercado comum na sua essência, poderá ser a força motriz necessária para alavancar toda uma região no cenário macroeconômico internacional.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **Alfred Thayer Mahan: o homem**. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, 2009.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas**. 1.ed. São Paulo, 2005.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil**. 1.ed. Rio de Janeiro, 2012.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Integração Regional**. 3.ed. Rio de Janeiro, 2013.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização**. 2.ed. Rio de Janeiro, 2012.
- BANDEIRA, Moniz. **O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina**. 2.ed. Brasília, 1987.
- BILAN, Clemens. Motivos do fracasso atual da UNASUL. Disponível em <<https://www.efe.com/efe/brasil/mundo/pinera-diz-que-excesso-de-ideologia-provocou-fracasso-da-unasul/50000243-3901371>> Acesso em 26 de maio de 2019, 20:15.
- BONFIM, Uraci Castro. **Geopolítica**. 1.ed. Rio de Janeiro. 2005
- BRASIL. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, 2010.
- BRASIL. Revista Marítima Brasileira. **Alfred Thayer Mahan e os princípios da Estratégia Naval**. Rio de Janeiro, 2010.
- BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2.ed. Brasília, 2008.
- CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica: princípios, meios e fins**. 1.ed. Rio de Janeiro, 1999.
- CELI, Pablo. **Nuevas tendencias en defensa y seguridad en América Latina**. En Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina, RESDAL. 2014.
- CHILE. Centro de Estudios y Investigaciones Militares (CESIM). Informe preliminar, Parte II. Cooperación regional y defensa nacional: una visión prospectiva. 2014.
- COSTA, Wanderley Messias da. **O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração**. 1.ed. Rio de Janeiro, 2009.
- FAUSTO, Sergio. **Dinâmicas Geopolíticas Globais e o Futuro da Democracia na América Latina**. 1.ed. Rio de Janeiro, 2010.
- FUENTES, Juan Alberto. **Inestabilidad y Desigualdad Económica: La vulnerabilidad del crecimiento en America Latina y el Caribe**. 2.ed. 2014.

- HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. 2.ed. São Paulo. 1995.
- JOHNSTON, Alainstar. **Cultural Realism: strategic culture and grand strategy in history**. Nova Jersey.1995.
- LIMA, Maria Regina Soares. **A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira**. Revista de Ciências Sociais. 3.ed. Rio de Janeiro, 1982.
- LESSA, Antônio Carlos. **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação**. 1.ed. São Paulo. 2006.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Modernidade: a geopolítica brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro. 2002.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Brasil: Geopolítica e Destino**. 1.ed. Rio de Janeiro. 1975.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização do Capitalismo e a Geopolítica Mundial no Fim do Século XX**. 6. Ed. São Paulo. 2001.
- PAGANINI, Maria Rita Vital Cintra. **A Presença da China na América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro, 2013.
- PIMENTEL, José Vicente de Sá . **A América do Sul e a integração regional**. Brasília, 2012.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 1.ed. Rio de Janeiro. 2014.
- SOUTO MAIOR, Luiz Augusto P. **O pragmatismo responsável**. 5 ed. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1999.
- SPEKTOR, Matias. **O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração**. Revista Brasileira de Política Internacional. 1.ed. São Paulo, 2002.
- TRAVASSOS, Mario. **Projeção Continental do Brasil**. 2.ed. São Paulo. 1935.
- VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, Integração e Processo Negociador: a construção do MERCOSUL**. 2.ed. Brasília. 2002.